

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	93
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	95
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	96
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
Total	77.855.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	10.220.121	9.366.384
1.01	Ativo Circulante	2.825.452	2.426.886
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	221.854	166.015
1.01.02	Aplicações Financeiras	105.803	92.376
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	105.803	92.376
1.01.02.01.03	Títulos disponíveis para venda	105.803	92.376
1.01.03	Contas a Receber	1.884.569	1.654.355
1.01.03.01	Clientes	1.605.415	1.409.635
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	2.054.130	1.835.870
1.01.03.01.02	PECLD sobre contas a receber	-448.715	-426.235
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	279.154	244.720
1.01.03.02.01	Serviços em curso	59.438	79.108
1.01.03.02.03	Outros créditos	213.674	83.419
1.01.03.02.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	6.042	17.079
1.01.03.02.06	Instrumentos financeiros derivativos - swap	0	65.114
1.01.06	Tributos a Recuperar	613.226	514.140
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	613.226	514.140
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuição social compensáveis	135.718	112.810
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	477.508	401.330
1.02	Ativo Não Circulante	7.394.669	6.939.498
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.347.876	4.888.015
1.02.01.04	Contas a Receber	98.749	75.431
1.02.01.04.01	Clientes	98.749	75.431
1.02.01.07	Tributos Diferidos	64.626	32.142
1.02.01.07.01	Tributos e contribuições sociais diferidos	64.626	32.142
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.184.501	4.780.442
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados a litígios	49.860	47.676
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos	29.987	28.583
1.02.01.10.05	Benefício fiscal	23.156	25.520
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	3.310.900	3.026.407
1.02.01.10.08	Outros tributos compensáveis	880.269	1.070.993
1.02.01.10.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	0	483
1.02.01.10.10	Ativos financeiros setoriais	168.694	0
1.02.01.10.11	Ativos contratuais	721.635	580.780
1.02.03	Imobilizado	42.244	43.564
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	34.099	34.983
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.802	2.655
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	6.343	5.926
1.02.04	Intangível	2.004.549	2.007.919
1.02.04.01	Intangíveis	2.004.549	2.007.919
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.895.226	1.847.773
1.02.04.01.02	Software	109.323	160.146

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	10.220.121	9.366.384
2.01	Passivo Circulante	2.832.733	2.875.690
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	48.353	59.325
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	48.353	59.325
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	48.353	59.325
2.01.02	Fornecedores	1.131.937	1.024.557
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.116.025	1.022.549
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	813.139	924.935
2.01.02.01.03	Partes relacionadas	302.886	97.614
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	15.912	2.008
2.01.03	Obrigações Fiscais	220.999	238.277
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	75.351	110.361
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	29.203	71.110
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	46.148	39.251
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	141.164	123.480
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.484	4.436
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	542.516	828.127
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	184.137	637.557
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	64.544	67.116
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	119.593	570.441
2.01.04.02	Debêntures	358.379	190.570
2.01.04.02.01	Debêntures	358.379	190.570
2.01.05	Outras Obrigações	888.928	725.404
2.01.05.02	Outros	888.928	725.404
2.01.05.02.04	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	374.386	317.774
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	199.984	130.276
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos - swap	23.382	1.241
2.01.05.02.09	Benefícios pós-emprego	1.338	1.530
2.01.05.02.10	Outras obrigações	118.361	98.070
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	85.516	91.892
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	2.619	2.944
2.01.05.02.13	Passivo financeiro setorial	83.342	81.677
2.02	Passivo Não Circulante	3.981.087	3.260.146
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.511.502	1.662.022
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.304.337	319.009
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	788.841	304.580
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	515.496	14.429
2.02.01.02	Debêntures	1.207.165	1.343.013
2.02.01.02.01	Debêntures	1.207.165	1.343.013
2.02.02	Outras Obrigações	1.258.018	1.403.595
2.02.02.02	Outros	1.258.018	1.403.595
2.02.02.02.04	Tributos a Pagar	2.265	3.488
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego	101.816	110.398
2.02.02.02.06	Taxas Regulamentares	23.512	16.820
2.02.02.02.08	Outras obrigações	19.625	15.483
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	31.253	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.02.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.078.791	1.128.538
2.02.02.02.11	Obrigações por arrendamentos	756	1.325
2.02.02.02.12	Passivos financeiros setoriais	0	127.543
2.02.04	Provisões	211.567	194.529
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	211.567	194.529
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	10	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	34.271	29.733
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	120.727	121.936
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	42.001	42.860
2.02.04.01.06	Outras provisões	14.558	0
2.03	Patrimônio Líquido	3.406.301	3.230.548
2.03.01	Capital Social Realizado	914.346	892.246
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	1.849.225	1.981.033
2.03.04.01	Reserva Legal	48.845	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	934.965	934.965
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	109.708
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	865.415	887.515
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	276.239	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	7.820	-1.402

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.778.944	3.315.859	1.339.541	2.739.124
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.466.997	-2.845.887	-1.153.419	-2.333.270
3.03	Resultado Bruto	311.947	469.972	186.122	405.854
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-88.320	-132.388	-127.518	-224.239
3.04.01	Despesas com Vendas	-48.740	-51.940	-80.867	-123.583
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-44.437	-87.558	-51.119	-108.300
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.857	7.110	4.468	7.644
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	223.627	337.584	58.604	181.615
3.06	Resultado Financeiro	18.531	27.716	-30.772	-50.776
3.06.01	Receitas Financeiras	223.468	491.956	56.263	241.155
3.06.02	Despesas Financeiras	-204.937	-464.240	-87.035	-291.931
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	242.158	365.300	27.832	130.839
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-52.835	-89.061	-1.714	-22.086
3.08.01	Corrente	-96.252	-126.296	-40.727	-73.769
3.08.02	Diferido	43.417	37.235	39.013	51.683
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	189.323	276.239	26.118	108.753
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	189.323	276.239	26.118	108.753
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	2,43173	3,54811	0,33547	1,39686
3.99.01.02	PNA	2,57763	3,76099	0,35560	1,48067
3.99.01.03	PNB	2,67490	3,90292	0,36902	1,53655
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	2,43173	3,54811	0,33547	1,39686
3.99.02.02	PNA	2,57763	3,76099	0,35560	1,48067
3.99.02.03	PNB	2,67490	3,90292	0,36902	1,53655

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	189.323	276.239	26.118	108.753
4.02	Outros Resultados Abrangentes	19.034	9.222	-4.402	2.419
4.02.01	Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	8.420	8.420	189	189
4.02.02	Tributos diferidos sobre ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-2.863	-2.863	-64	-64
4.02.03	Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	20.419	5.553	-6.859	3.476
4.02.04	Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	-6.942	-1.888	2.332	-1.182
4.03	Resultado Abrangente do Período	208.357	285.461	21.716	111.172

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-39.846	194.908
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	491.445	413.169
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	276.239	108.753
6.01.01.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - outros créditos	26.398	112.789
6.01.01.04	Amortização e Depreciação	174.932	145.013
6.01.01.05	Variações monetárias e juros líquidos	109.619	266.623
6.01.01.06	Valor Residual de Intangível e Imobilizado	0	878
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	-34.871	-51.683
6.01.01.08	Provisões para processos judiciais e outros	1.183	28.103
6.01.01.09	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	20.477	-192.202
6.01.01.10	Benefícios pós-emprego	4.325	3.792
6.01.01.11	Perda de recebíveis de clientes	25.542	9.921
6.01.01.13	Marcação a mercado ativo indenizável	-119.747	-10.237
6.01.01.17	Ativos e passivos financeiros setoriais	7.348	-8.581
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-304.255	-70.594
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-271.038	-134.673
6.01.02.03	Subvenção CDE - Desconto tarifário	11.037	-50.785
6.01.02.04	Outros tributos compensáveis	114.546	-19.426
6.01.02.06	Outros passivos	24.433	46.687
6.01.02.07	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	6.865	16.643
6.01.02.08	Depósitos vinculados a litígios	-2.184	3.068
6.01.02.09	Outros Ativos	-110.585	19.955
6.01.02.10	Fornecedores	107.380	-126.207
6.01.02.11	Salários, provisões e encargos sociais	-10.972	8.688
6.01.02.12	Outras obrigações Fiscais	24.940	85.854
6.01.02.13	Taxas regulamentares	-1.383	15.691
6.01.02.16	Ativos Financeiros Setoriais	-176.042	8.517
6.01.02.18	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-22.908	-1.563
6.01.02.19	Imposto de renda e contribuição social a pagar	127.534	2.153
6.01.02.20	Passivos financeiros setoriais	-125.878	54.804
6.01.03	Outros	-227.036	-147.667
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-169.441	-75.831
6.01.03.02	Pagamento de juros de empréstimos	-48.131	-53.994
6.01.03.03	Pagamento de processos judiciais e outros riscos	-3.002	-13.493
6.01.03.04	Pagamentos de juros de instrumento derivativo	-1.683	-822
6.01.03.05	Pagamento de juros de arrendamento	-100	-275
6.01.03.06	Pagamento com benefícios pós-emprego	-4.679	-3.252
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-490.512	-518.016
6.02.01	Aplicações no imobilizado e intangível	-475.681	-493.652
6.02.02	Cauções de depósitos	-1.404	-4.520
6.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	-13.427	-19.844
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	586.197	470.614
6.03.01	Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	-647.889	-58.543
6.03.05	Pagamento parcelamento especial	-770	-649

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.03.06	Captação de empréstimos e Financiamentos	1.170.000	533.079
6.03.07	Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	105.750	0
6.03.08	Pagamento de dividendos	-40.000	0
6.03.09	Pagamento de arrendamento financeiro (principal)	-894	-3.273
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	55.839	147.506
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	166.015	91.605
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	221.854	239.111

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	892.246	358.671	1.981.033	0	-1.402	3.230.548
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	892.246	358.671	1.981.033	0	-1.402	3.230.548
5.04	Transações de Capital com os Sócios	22.100	0	-131.808	0	0	-109.708
5.04.01	Aumentos de Capital	22.100	0	-22.100	0	0	0
5.04.08	Aprovação dos dividendos propostos	0	0	-109.708	0	0	-109.708
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	276.239	9.222	285.461
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	276.239	0	276.239
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	9.222	9.222
5.05.02.10	Ganho de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	5.553	5.553
5.05.02.11	Tributos diferidos s/perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	-1.888	-1.888
5.05.02.12	Ganho atuarial em benefício pós emprego	0	0	0	0	8.420	8.420
5.05.02.13	Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-2.863	-2.863
5.07	Saldos Finais	914.346	358.671	1.849.225	276.239	7.820	3.406.301

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	808.246	358.671	1.947.475	0	-341	3.114.051
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	808.246	358.671	1.947.475	0	-341	3.114.051
5.04	Transações de Capital com os Sócios	84.000	0	-166.671	0	0	-82.671
5.04.01	Aumentos de Capital	84.000	0	-84.000	0	0	0
5.04.08	Aprovação dos dividendo adicional proposto	0	0	-82.671	0	0	-82.671
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	108.753	2.419	111.172
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	108.753	0	108.753
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.419	2.419
5.05.02.06	Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	3.476	3.476
5.05.02.07	Tributos diferidos s/instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	-1.182	-1.182
5.05.02.08	Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	189	189
5.05.02.09	Tributos diferidos s/ benefícios pós-empregado	0	0	0	0	-64	-64
5.07	Saldos Finais	892.246	358.671	1.780.804	108.753	2.078	3.142.552

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	4.721.837	3.766.138
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.265.719	3.351.223
7.01.02	Outras Receitas	7.110	34.644
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	475.406	493.060
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-26.398	-112.789
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.865.947	-2.351.490
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.805.526	-2.272.385
7.02.04	Outros	-60.421	-79.105
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-60.421	-79.105
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.855.890	1.414.648
7.04	Retenções	-174.932	-145.567
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-174.932	-145.567
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.680.958	1.269.081
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	491.956	241.155
7.06.02	Receitas Financeiras	491.956	241.155
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.172.914	1.510.236
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.172.914	1.510.236
7.08.01	Pessoal	112.875	122.209
7.08.01.01	Remuneração Direta	78.892	86.918
7.08.01.02	Benefícios	14.045	15.900
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.051	2.988
7.08.01.04	Outros	16.887	16.403
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	4.677	3.863
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	4.368	4.078
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	7.842	8.462
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.312.569	979.714
7.08.02.01	Federais	422.074	235.255
7.08.02.02	Estaduais	887.011	740.346
7.08.02.03	Municipais	3.484	4.113
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	471.231	299.560
7.08.03.01	Juros	177.627	215.953
7.08.03.02	Aluguéis	6.991	7.627
7.08.03.03	Outras	286.613	75.980
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	286.613	75.980
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	276.239	108.753
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	276.239	108.753

Comentário do Desempenho

Comentários de Desempenho

2T21 / 6M21

Enel Distribuição Ceará

Companhia Energética do Ceará

27 de julho de 2021

Relações com Investidores

Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fabio Romanin

Head de Relações com Investidores

Leonardo Dias Wanderley

Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/pt-ceara/investidores.html> | brasil.investorrelations@enel.com



Comentário do Desempenho

Fortaleza, 27 de julho de 2021 – A Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”) [BOV: COCE3 (ON); COCE5 (PNA); COCE6 (PNB)], distribuidora de energia elétrica que atende 184 municípios cearenses (9,1 milhões de habitantes) divulga seus resultados do segundo trimestre de 2021 (2T21) e do primeiro semestre (“1S21”, “6M21”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES

DESTAQUES DO PERÍODO

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	3.064	2.621	16,9%	3.082	-0,6%	6.145	5.614	9,5%
Receita Bruta (R\$ mil)	2.542.953	1.846.879	37,7%	2.198.172	15,7%	4.741.125	3.844.283	23,3%
Receita Líquida (R\$ mil)	1.778.944	1.339.541	32,8%	1.536.915	15,7%	3.315.859	2.739.124	21,1%
EBITDA (3) (R\$ mil)	299.926	127.279	>100,0%	200.417	49,7%	500.343	316.383	58,1%
Margem EBITDA (%)	16,86%	9,50%	7,36 p.p	13,04%	3,82 p.p	15,09%	11,55%	3,54 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	19,85%	11,75%	8,10 p.p	15,08%	4,77 p.p	17,61%	14,09%	3,52 p.p
EBIT (4) (R\$ mil)	223.627	58.604	>100,0%	113.957	96,2%	337.584	181.615	85,9%
Margem EBIT (%)	12,57%	4,37%	8,20 p.p	7,41%	5,16 p.p	10,18%	6,63%	3,55 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	189.323	26.118	>100,0%	86.916	>100,0%	276.239	108.753	>100,0%
Margem Líquida	10,64%	1,95%	8,69 p.p	5,66%	4,98 p.p	8,33%	3,97%	4,36 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	12,53%	2,41%	10,12 p.p	6,54%	5,99 p.p	9,73%	4,84%	4,89 p.p
CAPEX (R\$ mil)	241.566	225.686	7,0%	196.669	22,8%	438.235	436.497	0,4%
DEC (12 meses)*	14,06	13,65	3,0%	15,41	-8,8%	14,06	13,65	3,0%
FEC (12 meses)*	5,45	6,00	-9,2%	5,93	-8,1%	5,45	6,00	-9,2%
Índice de Arrecadação (12 meses)	100,26%	95,58%	4,68 p.p	99,34%	0,92 p.p	100,26%	95,58%	4,68 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	16,64%	14,63%	2,01 p.p	16,51%	0,13 p.p	16,64%	14,63%	2,01 p.p
Nº de Consumidores Totais	4.283.759	4.208.183	1,8%	4.291.246	-0,2%	4.283.759	4.208.183	1,8%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.149	1.125	2,1%	1.126	2,0%	1.149	1.125	2,1%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	287	282	1,8%	300	-4,3%	576	603	-4,5%
PMSO (5)/Consumidor	54,54	61,07	-10,7%	48,36	12,8%	-	-	-
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	402	453	-11,3%	418	-3,8%	402	453	-11,3%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	10.661	9.294	14,7%	10.260	3,9%	10.661	9.294	14,7%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

(3) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (4) EBIT: resultado do serviço e (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Ceará, em uma área de 149 mil quilômetros quadrados, que compreende um total de 184 municípios. A base comercial da Companhia abrange aproximadamente 4,3 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população de cerca de 9,2 milhões de habitantes.

DADOS GERAIS*

	2T21	2T20	Var. %
Área de Concessão (km2)	148.921	148.921	-
Municípios (Qte.)	184	184	-
Habitantes (Qte.) (1)	9.187.103	9.132.078	0,6%
Consumidores (Unid.)	4.291.246	4.029.368	6,5%
Linhas de Distribuição (Km)	219.131	215.847	1,5%
Linhas de Transmissão (Km)	6.009	6.005	0,1%
Subestações (Unid.)	118	118	-
Volume de Energia 12 meses (GWh)	11.831	14.269	-17,1%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	4,93%	4,89%	0,04 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,49%	3,00%	-0,51 p.p

(1) Estimativa do número de Habitantes de Goiás de acordo com a projeção da população divulgada anualmente pelo IBGE

(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADEE

(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



* Dados prévios referente ao 2T21



Comentário do Desempenho

Mercado Bursátil

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão. As cotações de fechamento do período são apresentadas a seguir.

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/AÇÃO)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Ordinárias - ON (COCE3)	87,36	50,00	74,7%	49,61	76,1%	87,36	50,00	74,7%
Preferenciais A - PNA (COCE5)	61,00	56,99	7,0%	53,73	13,5%	61,00	56,99	7,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20;

variação sem ajuste por proventos

Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

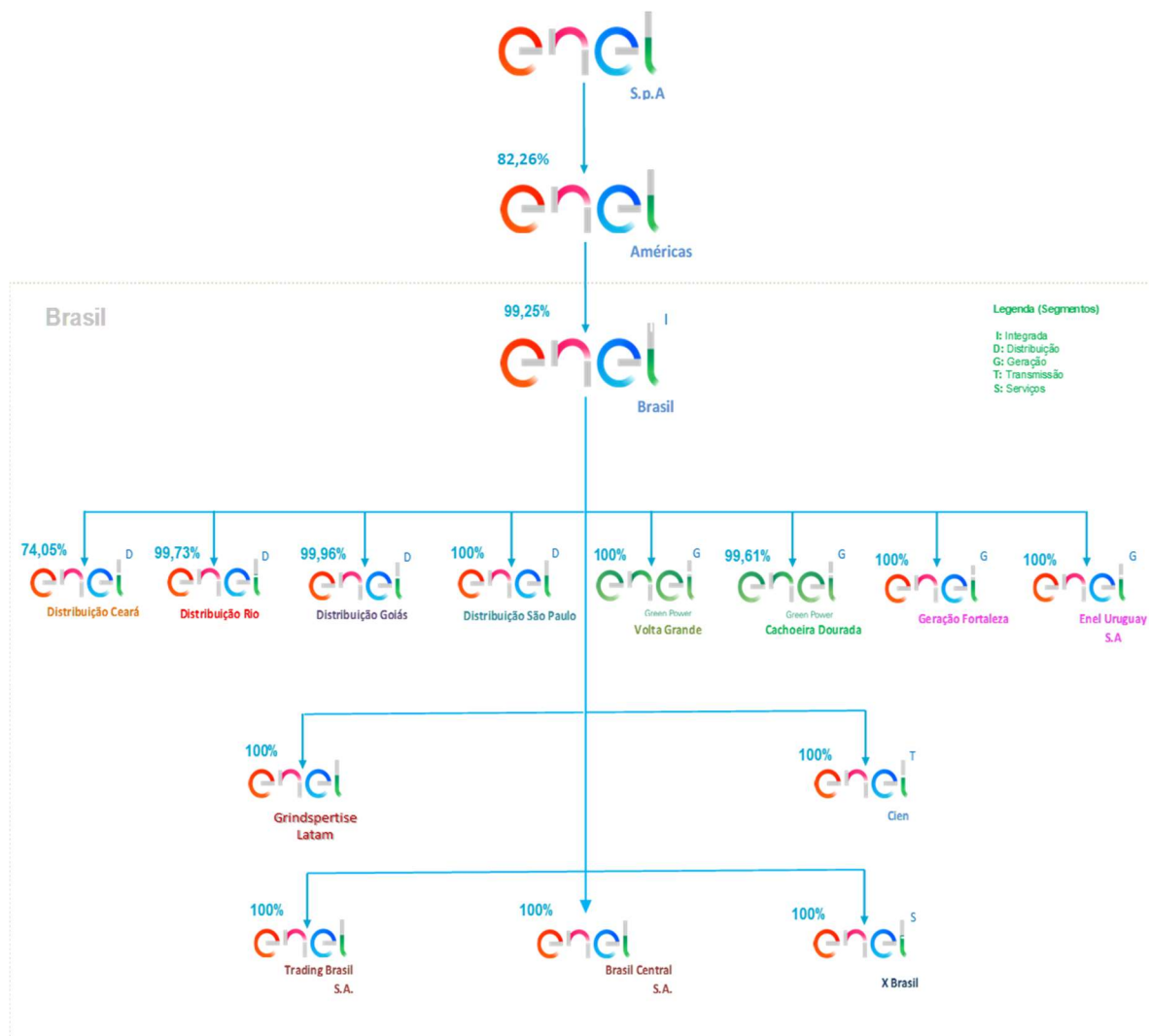
A Enel Distribuição Ceará é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem a seguinte estrutura de controle:

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 30/06/2021)

	ON (1)	%	PNA	PNB	PN	%	TOTAL	%
Controladores	47.064.245	97,91%	10.588.006	424	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Enel Brasil	47.064.245	97,91%	10.588.006	424	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Não Controladores	1.003.692	2,09%	17.664.694	1.534.238	19.198.932	64,45%	20.202.624	25,95%
Eletrobras	-	-	3.967.756	1.531.141	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Onyx Latin América Equity Fund	-	-	1.687.600	-	1.687.600	5,67%	1.687.600	2,17%
Una Capital Ltda	-	-	1.490.268	-	1.490.268	5,00%	1.490.268	1,91%
Outros	1.003.692	2,09%	10.519.070	3.097	10.522.167	35,32%	11.525.859	14,80%
Totais	48.067.937	100,0%	28.252.700	1.534.662	29.787.362	100,0%	77.855.299	100,0%

(1) As ações ordinárias possuem Tag Along de 80%

Posição em 30 de junho de 2021





Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Mercado Cativo	4.088.614	4.013.172	1,9%	4.051.054	0,9%	4.088.614	4.013.172	1,9%
Residencial - Convencional	2.537.931	2.434.593	4,2%	2.415.775	5,1%	2.537.931	2.434.593	4,2%
Residencial - Baixa Renda	721.974	741.917	-2,7%	798.897	-9,6%	721.974	741.917	-2,7%
Industrial	6.194	6.410	-3,4%	6.086	1,8%	6.194	6.410	-3,4%
Comercial	182.662	186.359	-2,0%	181.200	0,8%	182.662	186.359	-2,0%
Rural	591.878	593.885	-0,3%	597.280	-0,9%	591.878	593.885	-0,3%
Sector Público	47.975	50.008	-4,1%	51.816	-7,4%	47.975	50.008	-4,1%
Clientes Livres	522	388	34,5%	509	2,6%	522	388	34,5%
Industrial	160	137	16,8%	156	2,6%	160	137	16,8%
Comercial	348	239	45,6%	341	2,1%	348	239	45,6%
Rural	10	10	-	10	-	10	10	-
Sector Público	4	2	100,0%	2	100,0%	4	2	100,0%
Revenda	2	2	-	2	-	2	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	4.089.138	4.013.562	1,9%	4.051.565	0,9%	4.089.138	4.013.562	1,9%
Consumo Próprio	321	321	-	319	0,6%	321	321	-
Consumidores Ativos Não Faturados	194.300	194.300	-	239.362	-18,8%	194.300	194.300	-
Total - Número de Consumidores	4.283.759	4.208.183	1,8%	4.291.246	-0,2%	4.283.759	4.208.183	1,8%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

A Companhia encerrou 2T21 com um incremento de 1,9% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrado no 2T20. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial convencional.

No 2T21, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 165,4 milhões.

Venda de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Mercado Cativo	2.455	2.280	7,7%	2.458	-0,1%	4.914	4.726	4,0%
Clientes Livres	602	335	79,7%	618	-2,6%	1.220	875	39,4%
Revenda	3	3	-	3	-	6	6	-
Total - Venda e Transporte de Energia	3.060	2.618	16,9%	3.079	-0,6%	6.139	5.608	9,5%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Residencial - Convencional	1.037	987	5,1%	1.028	0,9%	2.066	1.919	7,7%
Residencial - Baixa Renda	249	243	2,5%	251	-0,8%	500	475	5,3%
Industrial	142	112	26,8%	129	10,1%	271	265	2,3%
Comercial	359	344	4,4%	380	-5,5%	739	798	-7,4%
Rural	285	273	4,4%	318	-10,4%	602	563	6,9%
Sector Público	383	321	19,3%	352	8,8%	735	707	4,0%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.455	2.280	7,7%	2.458	-0,1%	4.914	4.726	4,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

O crescimento de 7,7% observado no mercado cativo em relação ao 2T20 é explicado, principalmente, pela recuperação do consumo médio que foi afetado pela pandemia do Covid-19 e pela aplicação de medidas de restrição de atividade e circulação de pessoas vigentes na área de concessão durante o segundo trimestre de 2020. No acumulado do ano, o aumento foi de 4,0%, principalmente nas classes Residencial e Rural, em função, sobretudo, dos mesmos efeitos comentados no trimestre.

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Residencial - Convencional	409	405	1,0%	426	-4,0%	814	788	3,3%
Residencial - Baixa Renda	345	327	5,5%	314	9,9%	693	640	8,3%
Industrial	22.986	17.455	31,7%	21.184	8,5%	43.801	41.265	6,1%
Comercial	1.965	1.847	6,4%	2.098	-6,3%	4.047	4.283	-5,5%
Rural	481	460	4,6%	532	-9,6%	1.017	948	7,3%
Sector Público	7.978	6.416	24,3%	6.801	17,3%	15.324	14.128	8,5%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	600	568	5,6%	607	-1,2%	1.202	1.178	2,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20



Comentário do Desempenho

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Industrial	428	217	97,2%	428	-	856	616	39,0%
Comercial	146	100	46,0%	163	-10,4%	309	238	29,8%
Rural	5	4	25,0%	5	-	10	8	25,0%
Setor Público	23	13	76,9%	22	4,5%	45	13	>100,0%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	602	335	79,7%	618	-2,6%	1.220	875	39,4%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Industrial	2.675	1.582	69,1%	2.744	-2,5%	5.351	4.494	19,1%
Comercial	419	420	-0,2%	478	-12,3%	887	995	-10,9%
Rural	471	438	7,5%	480	-1,9%	951	846	12,4%
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	1.153	864	33,4%	1.214	-5,0%	2.336	2.256	3,5%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

O aumento de 79,7% no transporte de energia aos clientes livres no 2T21 em relação ao 2T20 é atribuído, principalmente, a retomada do padrão de consumo dos clientes livres da Companhia mediante a redução do padrão médio de consumo dos clientes livres industriais e comerciais verificado em 2020, resultado dos efeitos da pandemia do Covid-19 e consequente contração da atividade econômica. No acumulado do ano, o aumento verificado no consumo médio dos clientes livres foi de 39,4%.

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Itaipu	671	670	0,1%	663	1,2%	1.334	1.340	-0,4%
Angra 1 e 2	101	99	2,0%	100	1,0%	201	198	1,5%
PROINFA	59	57	3,5%	51	15,7%	110	113	-2,7%
Leilões e Quotas	2.390	2.405	-0,6%	2.333	2,4%	4.723	4.772	-1,0%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.220	3.231	-0,3%	3.147	2,3%	6.367	6.422	-0,9%
Liquidação na CCEE	(140)	(438)	-68,0%	(36)	>100,0%	(176)	(573)	-69,3%
Total - Compra de Energia	3.080	2.793	10,3%	3.111	-1,0%	6.191	5.848	5,9%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

Balanco de Energia

BALANÇO DE ENERGIA*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Energia requerida (GWh)	3.609	3.068	17,6%	3.645	-1,0%	7.255	6.563	10,5%
Energia distribuída (GWh)	3.064	2.621	16,9%	3.082	-0,6%	6.145	5.614	9,5%
Residencial - Convencional	1.037	987	5,1%	1.028	0,9%	2.066	1.919	7,7%
Residencial - Baixa Renda	249	243	2,5%	251	-0,8%	500	475	5,3%
Industrial	142	112	26,8%	129	10,1%	271	265	2,3%
Comercial	359	344	4,4%	380	-5,5%	739	798	-7,4%
Rural	285	273	4,4%	318	-10,4%	602	563	6,9%
Setor Público	383	321	19,3%	352	8,8%	735	707	4,0%
Clientes Livres	602	335	79,7%	618	-2,6%	1.220	875	39,4%
Revenda	3	3	-	3	-	6	6	-
Consumo Próprio	4	3	33,3%	3	33,3%	7	6	16,7%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (GWh)	546	447	22,1%	564	-3,2%	1.109	950	16,7%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (%)	15,12%	14,58%	0,54 p.p	15,46%	-0,34 p.p	11,39%	12,25%	-0,86 p.p

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

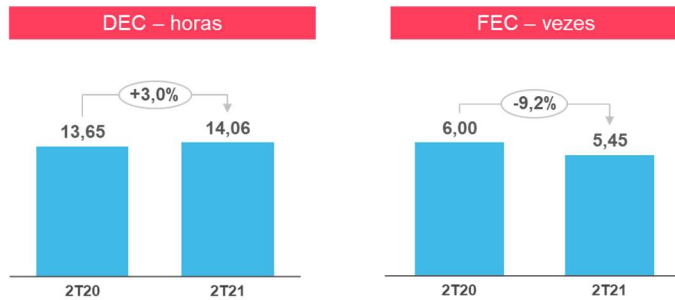
	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
DEC 12 meses (horas)*	14,06	13,65	3,0%	15,41	-8,8%	14,06	13,65	3,0%
FEC 12 meses (vezes)*	5,45	6,00	-9,2%	5,93	-8,1%	5,45	6,00	-9,2%
Perdas de Energia 12 meses (%)	16,64%	14,63%	2,01 p.p	16,51%	0,13 p.p	16,64%	14,63%	2,01 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	100,26%	95,58%	4,68 p.p	99,34%	0,92 p.p	100,26%	95,58%	4,68 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	287	282	1,9%	300	-4,3%	576	603	-4,5%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	402	453	-11,3%	418	-3,9%	402	453	-11,3%
PMSO (3)/Consumidor	54,54	61,07	-10,7%	48,36	12,8%	51,45	59,24	-13,1%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	10.661	9.294	14,7%	10.260	3,9%	10.661	9.294	14,7%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

(3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Comentário do Desempenho

Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. O DEC apresentou um aumento de 3,0% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior, enquanto o FEC apresentou uma redução de 9,2%. Foi

estabelecido um plano de melhoria desses indicadores em conjunto com o regulador e tem-se observado que as ações tomadas no último trimestre de 2020 para diminuir as incidências nas redes de média e baixa tensão começaram a mostrar resultado a partir do mês de dezembro de 2020.

A Companhia investiu R\$ 25,2 milhões em adequação à carga, qualidade e confiabilidade do sistema no 2T21 com o objetivo de evolução dos indicadores de qualidade operacional.

Disciplina de Mercado¹



As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 16,64%* no 2T21, um aumento de 2,01 p.p. em relação às perdas registradas em 2T20, de 14,63%. O aumento é decorrente, principalmente, da maior adversidade em função do contexto econômico dos últimos trimestres, decorrente da pandemia do COVID-19, não obstante as

medidas de auxílio à população concedido pelo governo.

Em relação ao indicador de arrecadação, o aumento de 4,68 pontos percentuais reflete, principalmente, o aumento de arrecadação com cobranças administrativas, resultado das ações adotadas pela Companhia para reduzir os níveis de inadimplência. Além disso, a Companhia tem atuado no sentido de mitigar os impactos da Resolução Normativa 878/20 da ANEEL, que suspendeu temporariamente os cortes de energia, medida mais efetiva no combate a inadimplência, para a classe residencial e atividades consideradas essenciais. Para tal, foram realizadas ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

* Dados prévios referente ao 2T21



Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Receita Operacional Bruta	2.542.953	1.846.879	37,7%	2.198.172	15,7%	4.741.125	3.844.283	23,3%
Deduções à Receita Operacional	(764.009)	(507.338)	50,6%	(661.257)	15,5%	(1.425.266)	(1.105.159)	29,0%
Receita Operacional Líquida	1.778.944	1.339.541	32,8%	1.536.915	15,7%	3.315.859	2.739.124	21,1%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(1.555.317)	(1.280.937)	21,4%	(1.422.958)	9,3%	(2.978.275)	(2.557.509)	16,5%
EBITDA(3)*	299.926	127.279	>100,0%	200.417	49,7%	500.343	316.383	58,1%
Margem EBITDA*	16,86%	9,50%	7,36 p.p	13,04%	3,82 p.p	15,09%	11,55%	3,54 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	19,85%	11,75%	8,10 p.p	15,08%	4,77 p.p	17,61%	14,09%	3,52 p.p
EBIT(4)*	223.627	58.604	>100,0%	113.957	96,2%	337.584	181.615	85,9%
Margem EBIT*	12,57%	4,37%	8,20 p.p	7,41%	5,16 p.p	10,18%	6,63%	3,55 p.p
Resultado Financeiro	18.531	(30.772)	<-100,0%	9.185	>100,0%	27.716	(50.776)	<-100,0%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(52.835)	(1.714)	>100,0%	(36.226)	45,8%	(89.061)	(22.086)	>100,0%
Lucro Líquido	189.323	26.118	>100,0%	86.916	>100,0%	276.239	108.753	>100,0%
Margem Líquida	10,64%	1,95%	8,69 p.p	5,66%	4,98 p.p	8,33%	3,97%	4,36 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	12,53%	2,41%	10,12 p.p	6,54%	5,99 p.p	9,73%	4,84%	4,89 p.p
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	2,43	0,34	>100,0%	1,12	>100,0%	3,55	1,40	>100,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

(3) EBITDA: Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, (4) EBIT: Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Fornecimento de Energia Elétrica	1.749.246	1.307.434	33,8%	1.656.912	5,6%	3.406.158	2.912.597	16,9%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(8.277)	(1.370)	>100,0%	(8.277)	-	(12.856)	(6.070)	>100,0%
Subvenção baixa renda	51.557	115.031	-55,2%	51.921	-0,7%	103.478	160.423	-35,5%
Subvenção de recursos da CDE	50.614	53.200	-4,9%	67.107	-24,6%	117.721	123.443	-4,6%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	1.846.838	1.474.295	25,3%	1.767.663	4,5%	3.614.501	3.190.393	13,3%
Ativos e passivos financeiros setoriais	289.019	34.914	>100,0%	102.427	>100,0%	391.446	(23.732)	<-100,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	87.413	51.955	68,2%	76.980	13,6%	164.393	117.020	40,5%
Receita de construção	267.602	256.077	4,5%	207.804	28,8%	475.406	493.060	-3,6%
Venda de Energia Excedente - MVE	24.306	-	-	14.703	65,3%	39.009	11.466	>100,0%
Outras receitas	27.775	29.638	-6,3%	28.595	-2,9%	56.370	56.076	0,5%
Total - Receita Operacional Bruta	2.542.953	1.846.879	37,7%	2.198.172	15,7%	4.741.125	3.844.283	23,3%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Ceará apresentou um aumento de 37,7% no 2T21 em relação ao 2T20. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 2T21, alcançou o montante de R\$ 2,28 bilhões, um aumento de R\$ 684,5 milhões em relação ao 2T20, cujo montante foi de R\$ 1,59 bilhão. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Aumento de R\$ 441,8 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação ao 2T20, como resultado, principalmente, do maior volume de energia distribuído no período (3.064 GWh no 2T21 vs. 2.621 GWh no 2T20) além do reajuste médio tarifário de 8,54% aplicado a partir de abril de 2021.
- Aumento na rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais, em R\$ 254,1 milhões, em função principalmente, da constituição de ativo regulatório no período;
- Aumento de R\$ 35,5 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), resultado da recuperação do consumo impactado pelo resultado da pandemia do COVID-19 em 2T20;
- Aumento de R\$ 24,3 milhões na rubrica de Venda de Energia Excedente - MVE em relação ao 2T20, como resultado, principalmente, ter participado do mecanismo em maior volume.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- Redução de R\$ 63,5 milhões na rubrica de subvenção baixa renda, principalmente, resultado do auxílio promovido pela Medida Provisória 950 no ano anterior.

No acumulado do ano, a receita operacional bruta da Companhia apresentou uma variação positiva de 23,3 %, ou R\$ 896,8 milhões, em relação ao primeiro semestre de 2020, totalizando R\$ 4,7 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 6M21, alcançou o montante de R\$



Comentário do Desempenho

4,27 bilhões, um aumento de R\$ 914,5 milhões em relação ao 6M20, cujo montante foi de R\$ 3,35 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 493,6 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação ao 6M20, como resultado, principalmente, do maior volume de energia distribuído no período (6.145 GWh no 6M21 vs. 5.614 GWh no 6M20) além do reajuste médio tarifário de 8,54% aplicado a partir de abril de 2021.
- Aumento de R\$ 47,4 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), impactado sobretudo pelos efeitos da pandemia, conforme explicado anteriormente;
- Aumento de R\$ 415,2 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da constituição de ativo regulatório no período entre períodos; e
- Aumento de R\$ 27,5 milhões na receita oriunda da venda de energia excedente (MVE), em razão, da Companhia, no 1S21, ter participado do mecanismo em maior volume.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pela:

- Redução de R\$ 56,9 milhões na rubrica de subvenção de baixa renda, conforme explicado anteriormente.

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
ICMS	(460.967)	(343.265)	34,3%	(426.008)	8,2%	(886.975)	(740.317)	19,8%
COFINS - corrente	(152.259)	(101.994)	49,3%	(125.217)	21,6%	(277.476)	(214.173)	29,6%
PIS - corrente	(33.057)	(22.143)	49,3%	(27.185)	21,6%	(60.242)	(46.498)	29,6%
ISS	(1.519)	(1.464)	3,8%	(1.784)	-14,9%	(3.303)	(2.605)	26,8%
Total - Tributos	(647.802)	(468.866)	38,2%	(580.194)	11,7%	(1.227.996)	(1.003.593)	22,4%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(14.914)	(10.558)	41,3%	(13.191)	13,1%	(28.105)	(21.993)	27,8%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(99.034)	(26.347)	>100,0%	(67.012)	47,8%	(166.046)	(76.439)	>100,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.259)	(1.567)	44,2%	(860)	>100,0%	(3.119)	(3.134)	-0,5%
Total - Encargos Setoriais	(116.207)	(38.472)	>100,0%	(81.063)	43,4%	(197.270)	(101.566)	94,2%
Total - Deduções da Receita	(764.009)	(507.338)	50,6%	(661.257)	15,5%	(1.425.266)	(1.105.159)	29,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

As deduções da receita no 2T21 apresentaram um aumento de R\$ 256,7 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Isto se deve, principalmente, às seguintes variações:

- Aumento de 38,2% (R\$ 178,9 milhões) no total de tributos, principalmente nas linhas de ICMS e PIS/COFINS corrente, com aumentos de R\$ 117,7 milhões e R\$ 61,2 milhões, respectivamente, em função de maior receita operacional;
- Aumento de R\$ 72,7 milhões nos encargos setoriais relativo a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

No 1S21, as deduções da receita totalizaram R\$ 1.425,3 milhões, contra R\$ 1.105,2 milhões no 1S20, aumento de 29,0% ou R\$ 320,1 milhões, resultado, sobretudo, do aumento dos tributos, conforme elencados anteriormente.

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Custos e despesas não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda	(837.921)	(673.893)	24,3%	(732.050)	14,5%	(1.569.971)	(1.333.138)	17,8%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(143.464)	(21.868)	>100,0%	(191.738)	-25,2%	(335.202)	(103.938)	>100,0%
Total - Não gerenciáveis	(981.385)	(695.761)	41,1%	(923.788)	6,2%	(1.905.173)	(1.437.076)	32,6%
Custos e despesas gerenciáveis								
Pessoal	(41.814)	(40.179)	4,1%	(52.820)	-20,8%	(94.634)	(83.665)	13,1%
Material e Serviços de Terceiros	(119.047)	(100.309)	18,7%	(134.339)	-11,4%	(253.386)	(216.853)	16,8%
Depreciação e Amortização	(76.299)	(68.675)	11,1%	(86.460)	-11,8%	(162.759)	(134.768)	20,8%
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	-	(7.063)	-100,0%	-	-	-	(11.706)	-100,0%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(36.332)	(71.897)	-49,5%	9.934	<-100,0%	(26.398)	(112.789)	-76,6%
Custo de Construção	(267.602)	(256.077)	4,5%	(207.804)	28,8%	(475.406)	(493.060)	-3,6%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(366)	(19.935)	-98,2%	(817)	-55,2%	(1.183)	(28.103)	-95,8%
Perda de recebíveis de clientes	(12.450)	(8.357)	49,0%	(13.092)	-4,9%	(25.542)	(9.921)	>100,0%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	3.611	3.642	-0,9%	2.611	38,3%	6.222	7.056	-11,8%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(23.633)	(16.326)	44,8%	(16.383)	44,3%	(40.016)	(36.624)	9,3%
Total - Gerenciáveis	(573.932)	(585.176)	-1,9%	(499.170)	15,0%	(1.073.102)	(1.120.433)	-4,2%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(1.555.317)	(1.280.937)	21,4%	(1.422.958)	9,3%	(2.978.275)	(2.557.509)	16,5%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20



Comentário do Desempenho

Os custos e despesas operacionais no 2T21 em relação ao 2T20 apresentaram um incremento de R\$ 274,4 milhões, ou 21,4%. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia, no 2T21, alcançaram o montante de R\$ 1.287,7 milhões, 25,6% ou R\$ 262,9 milhões superior ao montante registrado no 2T20, de R\$ 1.280,9 milhões. Este aumento é resultado, principalmente, das seguintes variações:

- Aumento nos custos e despesas não-gerenciáveis, de R\$ 285,6 milhões, no 2T21:

Esse aumento, de 41,1%, está associado principalmente aos maiores encargos do uso do sistema de transmissão, em um montante de R\$ 121,6 milhões, refletindo o aumento no reajuste anual das transmissoras em julho de 2020 e aumento de custo de energia comprada para revenda no montante de R\$ 164,0 milhões em relação ao segundo trimestre do ano passado.

- Redução nos custos e despesas gerenciáveis de R\$ 22,8 milhões, no 2T21, excluindo o efeito do custo de construção. Essa redução é explicada, principalmente, por:
 - Menor Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa no montante de R\$ 35,6 milhões decorrente, sobretudo, de reversão de provisão, dada a melhor expectativa para recebimento de créditos vencidos com a intensificação do processo de cobrança no segundo trimestre e medidas mais flexíveis relativas à suspensão dos cortes de energia por meio da REN 878/20, da ANEEL;
 - Redução no grupo de Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 19,6 milhões, com maiores baixas de créditos vencidos há mais de cinco anos, justificado principalmente pelo efeito do COVID-19;

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

- Aumento nas despesas com materiais e serviços de terceiros em R\$ 18,7 milhões, principalmente, em função dos maiores gastos com manutenção e intervenções na rede, objetivando melhoria da qualidade;

No acumulado do ano, os custos e despesas operacionais apresentaram um incremento de R\$ 420,8 milhões, ou 16,5%. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no acumulado do ano, alcançaram o montante de R\$ 2,50 bilhões, 21,2% ou R\$ 438,4 milhões superior ao montante registrado no ano anterior, de R\$ 2,06 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, das seguintes variações:

- Aumento dos custos não-gerenciáveis em 32,6% em relação ao registrado no 1S20. Tal variação é explicada, principalmente pelo aumento nos encargos do uso do sistema de transmissão, em um montante de R\$ 231,3 e aumento na rubrica Energia elétrica comprada para revenda em R\$ 236,8 milhões.
- Redução dos custos gerenciáveis, excluindo-se os custos de construção, em 4,7%, ou R\$ 22,8 milhões. A variação, total, explica-se pelo:
 - Menor Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa no montante de R\$ 86,4 milhões decorrente, sobretudo, de reversão de provisão, dada a melhor expectativa para recebimento de créditos vencidos com a intensificação do processo de cobrança no segundo trimestre e medidas mais flexíveis relativas à suspensão dos cortes de energia por meio da REN 878/20, da ANEEL;
 - Redução no grupo de Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 26,9 milhões, com maiores baixas de créditos vencidos há mais de cinco anos, justificado principalmente pelo efeito do COVID-19.



Comentário do Desempenho

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

- Aumento de R\$ 36,5 milhões com despesas com materiais e serviços de terceiros realizadas, decorrente dos maiores gastos com manutenção e intervenções na rede, objetivando melhoria da qualidade;
- Aumento de R\$ 11,0 milhões com despesa de pessoal, em função de constituição de provisão para reestruturação organizacional relativa à digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio no primeiro trimestre de 2021.
- Aumento de R\$ 28,0 milhões na linha de depreciação e amortização.

EBITDA

A seguir apresentamos a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Lucro Líquido do Período	86.916	26.118	>100,0%	86.916	-	276.239	108.753	>100,0%
(+) Tributo sobre o lucro (Nota explicativa 32)	52.835	1.714	>100,0%	36.226	45,8%	89.061	22.086	>100,0%
(+) Resultado Financeiro (Nota explicativa 31)	(18.531)	30.772	<-100,0%	(9.185)	>100,0%	(27.716)	50.776	<-100,0%
(=) EBIT	223.627	58.604	>100,0%	113.957	96,2%	337.584	181.615	85,9%
(+) Depreciações e Amortizações (Nota explicativa 30)	76.299	68.675	11,1%	86.460	-11,8%	162.759	134.768	20,8%
(=) EBITDA	299.926	127.279	>100,0%	200.417	49,7%	500.343	316.383	58,1%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Receitas Financeiras								
Renda de aplicação financeira	2.908	2.121	37,1%	1.194	>100,0%	4.102	2.121	93,4%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de cliente	18.751	8.993	>100,0%	23.551	-20,4%	42.302	19.165	>100,0%
Variações monetárias	55.896	(12.966)	<-100,0%	63.851	-12,5%	119.747	10.237	>100,0%
Marcação a mercado de ativo indenizável	16.180	4.329	>100,0%	3.091	>100,0%	19.271	8.581	>100,0%
Variação cambial de dívidas	159.516	1.466	>100,0%	1.223	>100,0%	160.739	4.991	>100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(30.506)	52.386	<-100,0%	175.500	<-100,0%	144.994	196.021	-26,0%
Outras receitas financeiras	2.333	547	>100,0%	1.631	43,0%	3.964	1.332	>100,0%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.610)	(613)	>100,0%	(1.553)	3,7%	(3.163)	(1.293)	>100,0%
Total - Receitas Financeiras	223.468	56.263	>100,0%	268.488	-16,8%	491.956	241.155	>100,0%
Despesas financeiras								
Variações monetárias de Dívidas	(22.888)	8.239	<-100,0%	(28.813)	-20,6%	(51.701)	(7.938)	>100,0%
Variações cambial de dívidas	(55.307)	(56.348)	-1,8%	(92.240)	-40,0%	(147.547)	(198.378)	-25,6%
Encargos de Dívidas e mútuos	(28.757)	(23.744)	21,1%	(22.034)	30,5%	(50.791)	(48.337)	5,1%
Encargos fundo de pensão	(1.697)	(1.580)	7,4%	(1.697)	-	(3.394)	(3.159)	7,4%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(5.740)	(214)	>100,0%	(6.183)	-7,2%	(11.923)	(214)	>100,0%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhis	(9.521)	(3.304)	>100,0%	(9.336)	2,0%	(18.857)	(11.670)	61,6%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(71.553)	1.176	<-100,0%	(93.918)	-23,8%	(165.471)	(3.819)	>100,0%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	(1.480)	(323)	>100,0%	(1.098)	34,8%	(2.578)	(2.351)	9,7%
Outras despesas financeiras	(7.994)	(10.937)	-26,9%	(3.984)	>100,0%	(11.978)	(16.065)	-25,4%
Total - Despesas Financeiras	(204.937)	(87.035)	>100,0%	(259.303)	-21,0%	(464.240)	(291.931)	59,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	18.531	(30.772)	<-100,0%	9.185	>100,0%	27.716	(50.776)	<-100,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

O Resultado Financeiro líquido da Companhia encerrou o 2T21 com uma receita líquida de R\$ 18,5 milhões, uma melhora de R\$ 49,3 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa melhora é resultado, principalmente dos seguintes fatores: (i) maior receita de variações monetárias ativas em um montante de R\$ 68,9 milhões, parcialmente compensado por (ii) maior despesa com variações monetárias de dívida e debêntures, no valor de R\$ 31,1 milhões, impactada pelo aumento da variação do IPCA em relação ao 2T20; (iii) maior despesa de variação monetária de ativos e passivos setoriais no montante de R\$ 5,5 milhões; e (iv) maior despesa de atualização para riscos tributários, cíveis e trabalhistas em R\$ 6,2 milhões.

No acumulado do ano, o Resultado Financeiro líquido da Companhia totalizou R\$ 27,7 milhões, superior ao registrado no 1S20 em R\$ 78,5 milhões. Essa variação explica-se, sobretudo, pela: (i) maior variação monetária de ativos em R\$ 109,5 milhões, (ii) maior receita de juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes em um montante de R\$ 23,1 milhões. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela maior despesa com variações monetárias de dívida e debêntures, no valor de R\$ 43,8 milhões, impactada pelo



Comentário do Desempenho

aumento da variação do IPCA em relação ao 1S20 e maior despesa de variação monetária de ativos e passivos setoriais no montante de R\$ 11,7 milhões.

Tributos (IR/CSLL) e Outros

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(82.109)	(9.605)	>100,0%	(45.658)	79,8%	(127.767)	(44.785)	>100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.274	7.891	>100,0%	9.432	>100,0%	38.706	22.699	70,5%
Total	(52.835)	(1.714)	>100,0%	(36.226)	45,8%	(89.061)	(22.086)	>100,0%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

As despesas totais, líquidas, com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Incentivos Fiscais (Sudene) no 2T21, registraram um aumento de R\$ 51,1 milhões, devido ao aumento da base de cálculo desses tributos.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Dívida bruta (R\$ mil)	3.108.653	2.679.372	16,0%	3.008.027	3,3%	3.108.653	2.679.372	16,0%
Dívida com Terceiros	2.601.017	2.679.372	-2,9%	2.506.461	3,8%	2.601.017	2.679.372	-2,9%
Dívida Intercompany	507.636	-	-	501.566	1,2%	507.636	-	-
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	327.657	335.988	-2,5%	384.666	-14,8%	327.657	335.988	-2,5%
Dívida líquida (R\$ mil)	2.780.996	2.343.384	18,7%	2.623.361	6,0%	2.780.996	2.343.384	18,7%
Dívida Bruta / EBITDA (3)*	3,37	2,65	27,5%	3,76	-10,3%	3,37	2,65	27,5%
Dívida Líquida / EBITDA (3)*	3,02	2,32	30,4%	3,28	-8,0%	3,02	2,32	30,4%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,48	0,46	3,7%	0,48	0,2%	0,48	0,46	3,7%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,45	0,43	5,2%	0,44	1,6%	0,45	0,43	5,2%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

(3) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisão para crédito de liquidação duvidosa + Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas + Provisão para redução ao valor recuperável

A dívida bruta da Companhia encerrou o 2T21 em R\$ 3.109 milhões, um incremento de R\$ 429 milhões em relação ao 2T20. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para investimentos e capital de giro (R\$ 1,170 milhões), em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 194 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 847 milhões e R\$ 89 milhões.

A Companhia encerrou o 2T21 com o custo médio da dívida no período de 6,52% a.a.

Colchão de Liquidez*

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$ 80 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800 milhões.

Devido uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600 milhões, através do despacho Nº 1.540 de 28 de maio de 2021, totalizando um montante de R\$ 1.400 milhões, dos quais, em 30 de junho de 2021, estavam disponíveis R\$ 900 milhões.

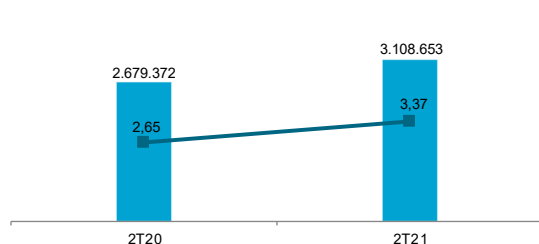
Classificação de Riscos (Rating)

Em 14 de setembro de 2020, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

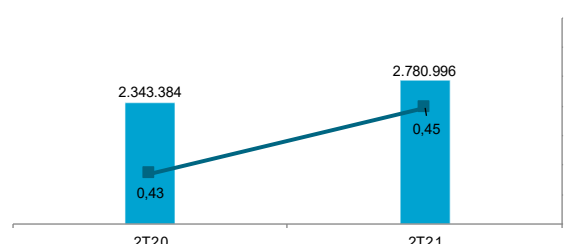
* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

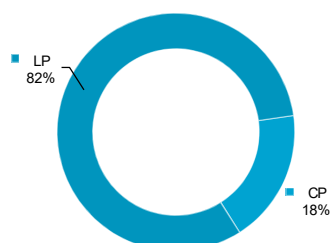
Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA* (Vezes)
Evolução 2T21 - 2T20



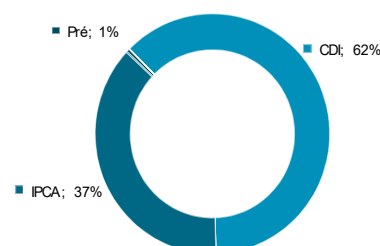
Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezes)
Evolução 2T21 - 2T20



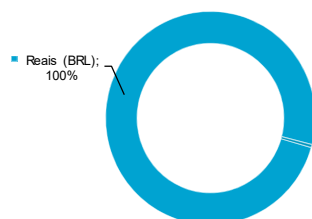
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em Jun/21



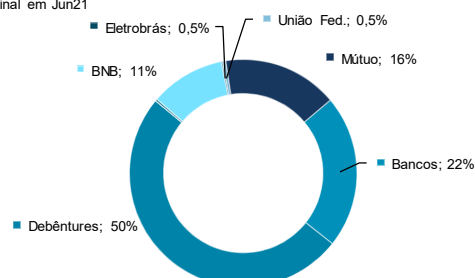
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em Jun/21



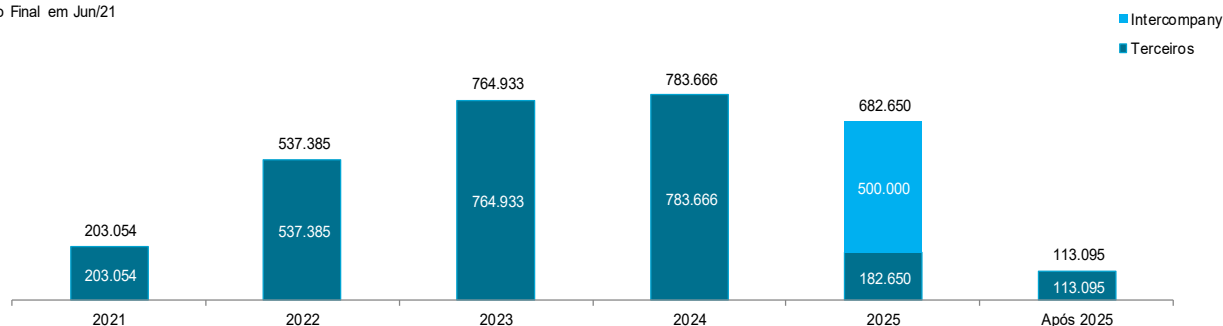
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em Jun/21



Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em Jun/21



Curva de Amortização (R\$ Mil)
Posição Final em Jun/21





Comentário do Desempenho

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2T21	2T20	Var. %	1T21	Var. % (1)	6M21	6M20	Var. % (2)
Novas Conexões	165.380	150.013	10,2%	86.397	91,4%	251.777	294.031	-14,4%
Rede	36.321	34.289	5,9%	20.076	80,9%	56.397	63.096	-10,6%
Combate às Perdas	11.133	8.512	30,8%	7.638	45,8%	18.771	20.233	-7,2%
Qualidade do Sistema Elétrico	4.937	9.211	-46,4%	9.617	-48,7%	14.554	10.359	40,5%
Adequação à carga	20.251	16.566	22,2%	2.821	>100,0%	23.073	32.505	-29,0%
Outros	39.865	41.384	-3,7%	90.196	-55,8%	130.061	79.370	63,9%
Total Investido	241.566	225.686	7,0%	196.669	22,8%	438.235	436.497	0,4%
Aportes / Subsídios	(12.533)	-	-	-	-	(12.533)	(11.772)	6,5%
Investimento Líquido	229.033	225.686	1,5%	196.669	16,5%	425.702	424.725	0,2%

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

No 2T21, a Companhia investiu R\$ 241,6 milhões, um aumento de 7,0% em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na expansão, por meio de novas conexões, e em atividades de combate a perdas e adequação de infraestrutura. No acumulado do ano, a Companhia investiu R\$ 438,2 milhões, volume 0,4% superior ao investido nos 6M20.

5

OUTROS TEMAS RELEVANTES

Reajuste Tarifário 2021

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL homologou o índice de Reajuste Tarifário Anual da Enel Distribuição Ceará, a vigorar a partir de 22 de abril de 2021 até 21 de abril de 2022, que conduziu ao efeito médio percebido pelos consumidores de 8,95%, sendo 10,21% para os consumidores em alta tensão e 8,54% para os consumidores em baixa tensão.

Neste processo de reajuste de 2021, destacam as ações setoriais, como o reperfilamento dos custos de transmissão, a antecipação das receitas de ultrapassagem de demanda, a antecipação da devolução dos créditos de PIS/COFINS e o diferimento de parcela B, que contribuíram para atenuação do índice tarifário em -11,11 p.p.

Bandeira Tarifária

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 18,74/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 39,71/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 99,42/MWh

Em função da pandemia, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº1.511/20, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020. Desta forma, de junho a dezembro, não existiu definição de PLD gatilho pela CCEE para as bandeiras tarifárias.

Contudo, diante de condições hidroenergéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha — patamar 2.

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de jan21 a mar21.

Comentário do Desempenho

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2020 e no primeiro trimestre de 2021, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Amarela	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Vermelha 2
PLD gatilho - R\$/MWh	291,00	185,56	57,23	39,68	39,68							
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												
2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Vermelha 1	Vermelha 2						
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84						
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2019, a Resolução Homologatória n.º 2.655 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2020. O PLD máximo foi fixado em R\$ 559,75/MWh e o valor mínimo em R\$ 39,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.

Conta-Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Em 22 de julho de 2020, foram assinados os contratos entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e 16 instituições financeiras para formalizar e viabilizar os empréstimos para as distribuidoras de energia elétrica.

Em 31 de julho de 2020, iniciou-se, por meio do Despacho ANEEL nº 2.177, o recebimento pelas concessionárias dos recursos da conta-Covid. A Enel Ceará recebeu um total de R\$ 530,4 milhões ao longo dos meses de julho a dezembro de 2020.

Em 19 de agosto de 2020, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também vai discutir a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do



Comentário do Desempenho

spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica, e a exposição involuntária devido à pandemia.

Sobrecontratação Involuntária

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando dos processos tarifários de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório.

Em 27 de agosto de 2020, por meio do Despacho nº 2.508, a ANEEL determinou os valores definitivos de sobrecontratação involuntárias de 2016 e 2017, porém em montantes inferiores ao reconhecido pela Companhia. Os valores determinados pela agência não levam em consideração fatos extraordinários como a compra compulsória no leilão A-1 de 2015 e as ações de máximo esforço que a Companhia tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual se encontra em fase de análise na Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL deverá instruir processo para determinar a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020.



Notas Explicativas

Formulário de Informações Trimestrais 30 de junho de 2021

Companhia Energética do Ceará
Enel Distribuição Ceará



Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30.06.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	221.854	166.015
Títulos e valores mobiliários	6	105.803	92.376
Consumidores e outras contas a receber	7	1.605.415	1.409.635
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	6.042	17.079
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	135.718	112.810
Outros tributos compensáveis	9	477.508	401.330
Serviços em curso		59.438	79.108
Instrumentos financeiros derivativos - swap	33	-	65.114
Outros créditos		213.674	83.419
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		2.825.452	2.426.886
		7,56%	
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores e outras contas a receber	7	98.749	75.431
Ativo financeiro setorial	10	168.694	-
Depósitos vinculados	26	49.860	47.676
Cauções e Depósitos	12	29.987	28.583
Outros tributos compensáveis	9	880.269	1.070.993
Instrumentos financeiros derivativos - swap	33	-	483
Tributos e contribuições sociais diferidos	32	64.626	32.142
Benefício fiscal	11	23.156	25.520
Ativo indenizável (concessão)	13	3.310.900	3.026.407
Imobilizado	14	42.244	43.564
Intangível	15	2.004.549	2.007.919
Ativos contratuais	16	721.635	580.780
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		7.394.669	6.939.498
TOTAL DO ATIVO		10.220.121	9.366.384

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias



Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	17	1.131.937	1.024.557
Empréstimos e financiamentos	20	184.137	637.557
Obrigações por arrendamentos	22	2.619	2.944
Debêntures	21	358.379	190.570
Passivo financeiro setorial	10	83.342	81.677
Salários, provisões e encargos sociais		48.353	59.325
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	29.203	71.110
Outras obrigações fiscais	19	191.796	167.167
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	18	374.386	317.774
Dividendos a pagar		199.984	130.276
Encargos setoriais	23	85.516	91.892
Benefícios pós-emprego	25	1.338	1.530
Instrumentos financeiros derivativos - swap	33	23.382	1.241
Outras obrigações		118.361	98.070
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		2.832.733	2.875.690
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	20	1.304.337	319.009
Debêntures	21	1.207.165	1.343.013
Obrigações por arrendamentos	22	756	1.325
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	18	1.078.791	1.128.538
Passivo financeiro setorial	10	-	127.543
Outras obrigações fiscais	19	2.265	3.488
Encargos setoriais	23	23.512	16.820
Benefícios pós-emprego	25	101.816	110.398
Provisões para processos judiciais e outros riscos	26	211.567	194.529
Instrumentos financeiros derivativos - swap	33	31.253	-
Outras obrigações		19.625	15.483
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.981.087	3.260.146
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
	27		
Capital social		914.346	892.246
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		1.849.225	1.871.325
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial		7.820	(1.402)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	109.708
Lucros acumulados		276.239	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.406.301	3.230.548
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.220.121	9.366.384

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

		01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Notas					
Receita líquida	29	1.778.944	3.315.859	1.339.541	2.739.124
Custo do serviço		(1.466.997)	(2.845.887)	(1.153.419)	(2.333.270)
Lucro operacional bruto		311.947	469.972	186.122	405.854
Receitas (despesas) operacionais	30				
Despesas com vendas		(48.740)	(51.940)	(80.867)	(123.583)
Despesas gerais e administrativas		(44.437)	(87.558)	(51.119)	(108.300)
Outras receitas operacionais		4.857	7.110	4.468	7.644
Total de receitas (despesas) operacionais		(88.320)	(132.388)	(127.518)	(224.239)
Resultado do serviço público de energia elétrica		223.627	337.584	58.604	181.615
Resultado financeiro	31				
Receitas financeiras		223.468	491.956	56.263	241.155
Despesas financeiras		(204.937)	(464.240)	(87.035)	(291.931)
Total resultado financeiro		18.531	27.716	(30.772)	(50.776)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		242.158	365.300	27.832	130.839
Imposto de renda e contribuição social correntes		(125.526)	(165.002)	(48.618)	(96.468)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		43.417	37.235	39.013	51.683
Incentivo fiscal		29.274	38.706	7.891	22.699
	32	(52.835)	(89.061)	(1.714)	(22.086)
Lucro líquido do período		189.323	276.239	26.118	108.753
Lucro por ação em R\$ - básico e diluído	28				
Ação ordinária		2,43173	3,54811	0,33547	1,39686
Ação preferencial - Classe A		2,57763	3,76099	0,35560	1,48067
Ação preferencial - Classe B		2,67490	3,90292	0,36902	1,53655

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	189.323	276.239	26.118	108.753
Outros resultados abrangentes:				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	8.420	8.420	189	189
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em benefícios pós-emprego	(2.863)	(2.863)	(64)	(64)
	5.557	5.557	125	125
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	20.419	5.553	(6.859)	3.476
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(6.942)	(1.888)	2.332	(1.182)
	13.477	3.665	(4.527)	2.294
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	208.357	285.461	21.716	111.172

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros				Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital social	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal-ADENE	Legal	Incentivo fiscal-SUDENE	Reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicional			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	808.246	221.188	31.160	106.323	48.845	888.885	927.074	82.671	-	(341)	3.114.051
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	108.753	-	108.753
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(82.671)	-	-	(82.671)
Aumento de capital	84.000	-	-	-	-	-	(84.000)	-	-	-	-
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	189	189
Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(64)	(64)
Ganho em instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.476	3.476
Tributos diferidos s/ ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.182)	(1.182)
Saldos em 30 de Junho de 2020	892.246	221.188	31.160	106.323	48.845	888.885	843.074	-	108.753	2.078	3.142.552
Saldos em 31 de dezembro de 2020	892.246	221.188	31.160	106.323	48.845	934.965	887.515	109.708	-	(1.402)	3.230.548
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	276.239	-	276.239
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(109.708)	-	-	(109.708)
Aumento de capital	22.100	-	-	-	-	-	(22.100)	-	-	-	-
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.420	8.420
Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.863)	(2.863)
Ganho em instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.553	5.553
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.888)	(1.888)
Saldos em 30 de junho de 2021	914.346	221.188	31.160	106.323	48.845	934.965	865.415	-	276.239	7.820	3.406.301

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	30.06.2021	30.06.2020
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	276.239	108.753
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	26.398	112.789
Depreciação e amortização	174.932	145.013
Juros e variações monetárias	109.619	266.623
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	20.477	(192.202)
Ativos e passivos financeiros setoriais	7.348	(8.581)
Marcação a mercado de ativo indenizável	(119.747)	(10.237)
Valor residual de intangível e imobilizado	-	878
Tributos e contribuições social diferidos	(34.871)	(51.683)
Perda de recebíveis de clientes	25.542	9.921
Provisões para processos judiciais e outros	1.183	28.103
Benefício pós-emprego	4.325	3.792
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores	(271.038)	(134.673)
Subvenção CDE - desconto tarifário	11.037	(50.785)
Ativos financeiros setoriais	(176.042)	8.517
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(22.908)	(1.563)
Outros tributos compensáveis	114.546	(19.426)
Depósitos vinculados	(2.184)	3.068
Outros créditos	(110.585)	19.955
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	107.380	(126.207)
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	6.865	16.643
Salários, provisões e encargos sociais	(10.972)	8.688
Imposto de renda e contribuição social a pagar	127.534	2.153
Outras obrigações fiscais	24.940	85.854
Passivos financeiros setoriais	(125.878)	54.804
Encargos setoriais	(1.383)	15.691
Outras obrigações	24.433	46.687
	187.190	342.575
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(169.441)	(75.831)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(3.002)	(13.493)
Pagamento com benefícios pós-emprego	(4.679)	(3.252)
Pagamento de juros (encargos de dívidas e debentures), deduzido dos juros capitalizados	(48.131)	(53.994)
Pagamento de juros de instrumento derivativo	(1.683)	(822)
Pagamentos de juros de arrendamento	(100)	(275)
Caixa líquido utilizado/gerado pelas atividades operacionais	(39.846)	194.908
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(475.681)	(493.652)
Cauções e depósitos	(1.404)	(4.520)
Títulos e valores mobiliários	(13.427)	(19.844)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(490.512)	(518.016)
Atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.170.000	533.079
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(647.889)	(58.543)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(894)	(3.273)
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	105.750	-
Parcelamento especial	(770)	(649)
Pagamentos de dividendos	(40.000)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	586.197	470.614
Variação no caixa líquido da Companhia	55.839	147.506
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	166.015	91.605
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	221.854	239.111

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

	30.06.2021	30.06.2020
1. RECEITAS	4.721.837	3.766.138
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	4.748.235	3.878.927
Fornecimento de energia elétrica	4.265.719	3.351.223
Outras receitas	7.110	34.644
Receita relativa à construção de ativos próprios	475.406	493.060
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(26.398)	(112.789)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.865.947)	(2.351.491)
Materiais	(458.622)	(300.115)
Outros custos operacionais	(60.421)	(79.106)
Custo da energia comprada e transmissão	(2.099.873)	(1.577.144)
Serviços de terceiros	(247.031)	(395.126)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	1.855.890	1.414.647
4. RETENÇÕES	(174.932)	(145.567)
Depreciação e amortização	(174.932)	(145.567)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.680.958	1.269.080
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	491.956	241.155
Receitas financeiras	491.956	241.155
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.172.914	1.510.235
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.172.914	1.510.235
Empregados (Colaboradores)	112.875	122.209
Remunerações	78.892	86.918
FGTS	3.051	2.988
Outros encargos sociais	4.677	3.863
Previdência privada	4.368	4.078
Auxílio-alimentação	6.033	6.796
Convênio assistencial e outros benefícios	8.012	9.104
Participação nos resultados	7.842	8.462
Tributos (Governo)	1.312.569	979.715
Federais	224.804	133.690
Imposto de renda e contribuição social	127.767	44.785
COFINS	99.872	80.695
PIS	21.684	17.519
INSS	14.187	13.390
(-) Incentivos fiscais	(38.706)	(22.699)
Estaduais	887.011	740.346
ICMS	886.975	740.317
Outros	36	29
Municipais	3.484	4.113
ISS	3.303	2.605
IPTU	42	816
Outros	139	692
Encargos setoriais	197.270	101.566
CDE - Conta de desenvolvimento energético	166.046	76.439
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	28.105	21.993
Taxa de fiscalização - ANEEL	3.119	3.134
Remuneração de capitais de terceiros	471.231	299.558
Juros	177.627	215.953
Outras despesas financeiras	286.613	75.978
Aluguéis	6.991	7.627
Remuneração de capitais próprios	276.239	108.753
Reserva de lucro	276.239	108.753

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Informações Gerais

A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia" ou "Enel Distribuição Ceará"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou Enel), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil adota o trabalho remoto há alguns anos e conforme a pandemia por COVID-19 persiste, o trabalho remoto é intensificado. A Companhia decidiu estender o trabalho remoto até que a pandemia termine.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo; apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19 serão mantidas.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ao término do primeiro semestre de 2021, a Companhia observou uma tendência de crescimento da economia, que culminou em uma leve melhora dos montantes de provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD, quando comparados com o mesmo período do exercício anterior. Com base no agravamento da pandemia no Brasil, diversos estados e municípios intensificaram políticas de distanciamento social, culminando no fechamento de diversos setores da economia ao longo do primeiro semestre de 2021.

O CPC 39, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela resolução normativa nº 928 emitida pela ANEEL em 26 março de 2021 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936 emitida pela ANEEL em 15 de junho de 2021), que determina a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: consumidores classificados como baixa renda e serviços essenciais). Tal impedimento perdurará até 30 de setembro de 2021.

Com base na resolução acima, a provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, tal estimativa é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores.

A Companhia tem intensificado ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte para as classes de consumo cuja a resolução normativa nº 928 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936) não impede e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, utilização de cartões de crédito como opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos sejam honrados até Dez/21 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à COVID-19 por autoridades competentes locais:

- Fechamento das lojas: exigido reforço nos canais de atendimento eletrônico e telefônico;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Fechamento de postos de arrecadação: impedido o corte e cobrança de juros de multas de unidades afetadas;
- Impedimento de realização de leitura presencial: definido pelo faturamento pela média, afastada devolução em dobro;
- Impossibilidade de envio da fatura impressa: impedido o corte por inadimplência e permitido o envio por outras vias.

Tais medidas vigorarão até 30 de setembro de 2021, podendo ser prorrogada ou antecipada conforme evolução do cenário de pandemia no Brasil.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 162/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/2020, até 05 de outubro de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também discutiu (i) a exposição contratual involuntária e (ii) os critérios para o reembolso dos custos administrativos e financeiros da Conta-Covid.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir do respectivo processo tarifário de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. No caso da Enel CE, o encargo anual é do valor de R\$ 179.250, definido por meio do Despacho nº 939/2021. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo

Perspectiva econômico-financeira

A Companhia entende ser prematuro projetar o fim da pandemia da COVID-19, principalmente pela incerteza com relação aos efeitos econômicos oriundos do Coronavírus e o prazo em que estes serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

2. Apresentação das informações trimestrais

Em 26 de julho de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações financeiras intermediárias.

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o semestre findo em 30 de junho de 2021 de acordo com o CPC 21 R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais e em conformidade com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e também com base nas disposições contidas na Lei das

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Sociedades por Ações e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR, e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia Energética do Ceará S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (última demonstração contábil anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

Todos os valores apresentados nestas informações financeiras intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

2.3. Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a entidade identificou um segmento reportável, cujo resultados operacionais são regularmente (a cada semestre) avaliados pelo principal tomador de decisão operacional da entidade, ao decidir sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho.

Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos

As informações financeiras intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



de 31 dezembro de 2020, emitidas em 22 de fevereiro de 2021, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações demonstradas a seguir:

3.1 Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente à norma internacional de contabilidade IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores, através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19. O *International Accounting Standards Board* (IASB) previa a concessão do aluguel até junho de 2021, porém, devido ao agravamento da pandemia de Covid-19, decidiu-se prorrogar o prazo para junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

3.2 Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

A segunda fase da Reforma do Referencial de Taxa de Juros foi publicada pelo IASB, finalizando sua resposta à reforma da taxa de juros de referência. As alterações visam auxiliar as entidades a fornecerem aos investidores informações úteis sobre os efeitos da reforma em suas demonstrações financeiras.

As principais alterações nesta fase final podem ser resumidas da seguinte forma:

3.2.1 Mudanças nos fluxos de caixa contratuais:

Como expediente prático, a entidade deve aplicar o parágrafo B5.4.5 do CPC 48 para considerar essa mudança e atualizar a taxa de juros efetiva do ativo ou passivo financeiro. Para fins deste expediente prático, uma mudança é resultante da reforma se:

- necessária em consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base imediatamente anterior.

Se houver outras mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais, a entidade deve aplicar primeiro o expediente prático e depois os outros requerimentos do CPC 48.

3.2.2 Requisitos de hedge accounting

Quando a entidade deixar de aplicar as alterações introduzidas pela fase 1 do projeto para uma relação de *hedge*, ela deverá aplicar as seguintes exceções à respectiva relação de *hedge*:

- a entidade deve atualizar a designação formal da relação de *hedge* para refletir as mudanças da reforma. Essa alteração precisa ser feita ao final do período do reporte e não resulta na descontinuidade da contabilização de *hedge* ou na designação de uma nova relação de *hedge*;
- quando um item protegido de um *hedge* de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças da reforma, o valor acumulado na reserva de *hedge*
- de fluxo de caixa deve ser baseado na taxa de referência alternativa pela qual os fluxos de caixa futuros protegidos são determinados. Uma exceção similar

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



é concedida para uma relação de *hedge* de fluxo de caixa cuja contabilização de *hedge* foi descontinuada;

- quando um grupo de itens é designado como item protegido e um item deste grupo é alterado para refletir as mudanças da reforma, a entidade deve separar os itens protegidos em subgrupos com base na taxa de referência que está sendo protegida, e designar a taxa de referência para cada subgrupo como risco protegido. A entidade deve avaliar cada subgrupo separadamente para determinar se o subgrupo é elegível para ser um item protegido. Se um subgrupo não for elegível para ser um item protegido, a contabilização de *hedge* deve ser descontinuada prospectivamente em sua totalidade.
- se uma entidade possui expectativa razoável de que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável em um período de 24 meses, a entidade pode designar a referida taxa como um componente de risco não especificado contratualmente, mesmo que não seja separadamente identificável na data de designação.
- ao realizar uma avaliação retrospectiva da efetividade do *hedge* de acordo com o CPC 38, a entidade pode, novamente, determinar as alterações de valor justo acumuladas do item protegido e do instrumento de *hedge* para zero imediatamente após deixar de aplicar a concessão da fase 1 do projeto. Esta exceção pode ser aplicada individualmente por cada *hedge*.

3.2.3 Divulgações

Para permitir que os usuários das demonstrações financeiras entendam os efeitos da reforma sobre os instrumentos financeiros e na estratégia de gestão de riscos da entidade, as divulgações adicionais podem ser necessárias:

- como a entidade gerencia a transição para taxas de referência alternativas, incluindo informações sobre os riscos aos quais está exposta devido à transição e o estágio da transição na data das demonstrações financeiras;
- informações quantitativas sobre instrumentos financeiros indexados por taxas de referência a serem substituídas devido à reforma no final do período de reporte.
- a extensão em que sua estratégia de gestão de riscos foi alterada devido aos riscos identificados na transição.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

4. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 22 de abril, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2021.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +13,54% composto por reajuste econômico de +24,07% e componente financeiro de -10,53%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +8,95%.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2021	
Encargos Setoriais	4,57%
Custos de Transmissão	5,91%
Custos de Aquisição de Energia	3,15%
Parcela A	13,63%
Parcela B	10,44%
Reajuste Econômico	24,07%
CVA Total	7,52%
Mecanismo de mitigação tarifária	-11,13%
Reversão Conta Covid	-9,09%
Outros Itens Financeiro da Parcela A	2,17%
Reajuste Econômico	-10,53%
Reajuste Total	13,54%
Efeitos da retirada dos componentes financeiros do processo anterior	-4,59%
Efeito médio a ser percebido pelos consumidores	8,95%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A: Reajustada em 21,03%, representando 13,63% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais - aumento de 52,46%, representando 4,57% no reajuste econômico em função principalmente do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético CDE Conta Covid;
- Energia Comprada - aumento de 11,87% decorre principalmente do aumento dos contratos por disponibilidade de energia nova. Percebe-se também uma significativa contribuição do custo decorrente do contrato bilateral (impacto de 4,20%). O aumento do custo de compra de energia representa 5,91% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão - os custos de transmissão tiveram uma variação de 49,95%, correspondendo a um efeito de 3,15% no reajuste econômico. Sobre esse item, destaque para a publicação das Resoluções Homologatórias nº 2.725 e 2.726, ambas em julho de 2020, as quais aprovaram, respectivamente, as novas Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão e as novas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

(ii) Parcela B: Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 29,66%, representando uma participação de 10,44% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 31,10%, no período de 12 meses findos em março de 2021; e
- Fator X de 1,43 %, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +1,17%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 1,35%; e

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -1,09%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

(iii) Componentes financeiros: Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de -R\$ 531,96 milhões, dentre os quais destacamos R\$ 379,76 milhões positivos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), Sobrecontratação de R\$ 60,81 milhões e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 135,54 milhões. Por fim, vale destacar que foi considerado um financeiro negativo relativo à conta Covid de -R\$ 428,20 milhões.

De acordo com o exposto acima, foi homologado o reajuste tarifário anual da Companhia, que conduz um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 8,95%, sendo de 10,21%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT) e de 8,54%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2021	31.12.2020
Caixa e contas correntes bancárias	50.985	30.877
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	35.684	31.882
Fundos de Investimento Aberto	80.298	837
Operações compromissadas	54.887	102.406
	170.869	135.125
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas (fundos exclusivos)	-	13
	-	13
Total	221.854	166.015

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Em 30 de junho de 2021, não existe registro de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa visto que os ativos financeiros são aplicados em instituições de primeira linha, sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**6. Títulos e valores mobiliários**

	30.06.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos não exclusivos	594	76.801
Fundos de investimentos exclusivos*	105.209	15.575
Títulos públicos	105.038	13.270
LF - Letra Financeira	171	2.305
Total	105.803	92.376

* Fundo exclusivo das Empresas do Grupo Enel, a qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 0,28% de representatividade sobre o total do mesmo em 30 de junho de 2021 (6,03% em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2021.

7. Consumidores e outras contas a receber

	A vencer	Vencidos		Total
		até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos	30.06.2021
Classes de consumidores:				
Residencial	224.057	236.305	386.116	846.478
Industrial	33.637	14.528	22.847	71.012
Comercial	62.619	33.666	74.221	170.506
Rural	64.790	47.338	90.167	202.295
Poder público	34.826	14.384	30.525	79.735
Iluminação pública	39.417	15.093	60.232	114.742
Serviço público	17.726	2.646	13.607	33.979
Fornecimento faturado	477.072	363.960	677.715	1.518.747
Receita não faturada	328.888	-	-	328.888
Parcelamento de débitos	208.192	-	-	208.192
Compartilhamento - uso mútuo	8.211	5.585	44.374	58.170
Agente de cobrança da iluminação pública	6.531	-	32.351	38.882
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	15.289	15.289
Subtotal	1.028.894	369.545	769.729	2.168.168
(-) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(19.388)	(24.628)	(419.988)	(464.004)
Total	1.009.506	344.917	349.741	1.704.164
Circulante				1.605.415
Não circulante				98.749

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	A vencer	Vencidos		Total
		até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos	31.12.2020
Classes de consumidores:				
Residencial	193.625	214.195	326.656	734.476
Industrial	18.936	16.004	22.398	57.338
Comercial	56.086	36.171	67.269	159.526
Rural	64.059	49.624	78.799	192.482
Poder público	27.371	17.902	28.292	73.565
Iluminação pública	18.367	17.864	50.161	86.392
Serviço público	15.243	8.031	14.879	38.153
Fornecimento faturado	393.687	359.791	588.454	1.341.932
Receita não faturada	281.102	-	-	281.102
Parcelamento de débitos	214.636	-	-	214.636
Compartilhamento - uso mútuo	6.353	10.527	17.870	34.750
Agente de cobrança da iluminação pública	6.531	-	32.350	38.881
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	15.289	15.289
Subtotal	902.309	370.318	653.963	1.926.590
(-) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(13.345)	(17.664)	(410.515)	(441.524)
Total	888.964	352.654	243.448	1.485.066
Circulante				1.409.635
Não circulante				75.431

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2020	(Provisões)	Perda	30.06.2021
Consumidores e outras contas a receber	(441.524)	(51.718)	29.238	(464.004)
Outros créditos	(2.459)	(222)	-	(2.681)
	(443.983)	(51.940)	29.238	(466.685)
Circulante	(428.694)			(451.396)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
Total	(443.983)			(466.685)

Rubricas de origem	31.12.2019	(Provisões)	Perda	30.06.2020
Consumidores e outras contas a receber	(358.657)	(121.879)	9.290	(471.246)
Outros créditos	(3.786)	(831)	630	(3.987)
	(362.443)	(122.710)	9.920	(475.233)
Circulante	(347.154)			(459.944)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
Total	(362.443)			(475.233)

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") avaliou o ambiente econômico das regiões onde atua, reestruturou suas atividades de cobrança e intensificou a retomada de ações com melhor percentual histórico de recuperação de crédito, como por exemplo realização de negociações de dívidas vencidas a mais de 120 dias, com consumidores das classes Industrial e Comercial. Assim que restabelecido, o direito da Companhia realizar ações de corte de fornecimento de energia, temporariamente suspensos, conforme detalhado na nota explicativa 1.1, à Companhia irá atualizar a sua estimativa de perda futura que deverá resultar em projeções que refletem em uma menor expectativa de perda futura.

A seguir é apresentada a composição da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa para consumidores e outras contas a receber.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30.06.2021	31.12.2020
Residencial	(169.864)	(184.145)
Industrial	(22.394)	(21.493)
Comercial	(63.977)	(50.776)
Rural	(61.875)	(56.651)
Poder público	(14.236)	(12.473)
Iluminação pública	(47.522)	(36.447)
Serviço público	(12.042)	(11.929)
Parcelamento de débitos de consumidores	(7.949)	(7.528)
Outros	(64.145)	(60.082)
Total	(464.004)	(441.524)

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	30.06.2021	31.12.2020
Baixa renda - subsídio CDE	12.811	12.308
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	(4.262)	7.402
CDE a devolver - diferença ciclo anterior	(2.507)	1.263
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	-	(3.894)
Total	6.042	17.079

Em dezembro de 2020 e junho de 2021, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos a previsão de Subsídio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.

9. Tributos a compensar

	30.06.2021	31.12.2020
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda (a)	85.603	70.281
Contribuição social (a)	31.208	29.733
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	18.907	12.796
Total	135.718	112.810

	30.06.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (c)	85.423	70.837	73.343	78.801
PIS e COFINS	11.639	-	9.740	-
PIS e COFINS (ICMS) (d)	379.637	809.432	317.773	992.192
Outros tributos	809	-	474	-
Total	477.508	880.269	401.330	1.070.993

- a) A Companhia calcula o IRPJ/CSLL com base no Lucro Real por estimativas mensais e os mesmos estão proibidos de serem compensados conforme Lei 9.430/1996, Art. 74, §3º, inciso IX. Os valores pagos a maior estarão disponíveis para uso após a entrega da ECF em julho de 2021.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- b) A variação entre os períodos se deve principalmente pelo imposto retido na fonte sobre os ganhos obtidos nas liquidações de instrumentos financeiros derivativos.
- c) Do total de crédito de ICMS, R\$ 126.628 em 30 de Junho de 2021 (R\$ 126.125 em 31 de dezembro de 2020) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 29.632 (R\$ 26.019 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês seguinte
- d) A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 379.637 no curto prazo e R\$ 809.432 no longo prazo em 30 de junho de 2021.

A Companhia entende que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota 18).

Notas Explicativas



10. Ativo e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros setoriais	31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	30.06.2021	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não Circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	33.199	312.485	(86.327)	17.154	(840)	275.671	48.329	227.342	91.307	184.364
Aquisição de energia - (CVAenerg)	(47.408)	203.069	(79.133)	43.262	(680)	119.110	(26.015)	145.125	1.420	117.690
Proinfa	9.453	(1.665)	(885)	-	60	6.963	6.963	-	6.963	-
Transporte rede básica	42.031	46.568	(18.636)	-	113	70.076	25.303	44.773	33.767	36.309
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	39.094	52.971	15.745	(26.108)	(126)	81.576	53.751	27.825	59.011	22.565
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(9.971)	11.542	(3.418)	-	(207)	(2.054)	(11.673)	9.619	(9.854)	7.800
Demais passivos financeiros setoriais	(242.419)	109.042	56.246	(121.376)	8.188	(190.319)	(190.516)	197	(174.649)	(15.670)
Neutralidade da parcela A	(9.888)	(796)	3.374	-	(289)	(7.599)	(5.336)	(2.263)	(5.764)	(1.835)
Sobrecontratação de energia	(21.335)	66.246	22.219	(121.376)	(2.551)	(56.797)	(23.462)	(33.335)	(29.763)	(27.034)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(114.299)	(13.145)	14.807	-	(718)	(113.355)	(29.614)	(83.741)	(29.615)	(83.740)
Risco hidrológico	(134.326)	(75.465)	60.838	-	5.115	(143.838)	(109.710)	(34.128)	(116.162)	(27.676)
Outros	37.429	132.202	(44.992)	-	6.631	131.270	(22.394)	153.664	6.655	124.615
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(209.220)	421.527	(30.081)	(104.222)	7.348	85.352	(142.187)	227.539	(83.342)	168.694

Ativos e passivos financeiros setoriais	31.12.2019	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.06.2020	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não Circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	174.709	36.102	(115.980)	(27.154)	7.840	(2)	75.515	162.804	(87.289)	146.303	(70.788)
Aquisição de energia - (CVAenerg)	272.759	148.039	(151.398)	(27.154)	8.976	(31.544)	219.678	206.372	13.306	208.888	10.790
Proinfa	(176)	(3.256)	(25)	-	(61)	(1)	(3.519)	(3.519)	-	(3.519)	-
Transporte rede básica	27.261	9.609	(10.806)	-	528	-	26.592	22.359	4.233	23.159	3.433
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	(131.415)	(100.728)	53.132	-	(2.084)	31.543	(149.552)	(79.493)	(70.059)	(92.737)	(56.815)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.280	(17.562)	(6.883)	-	481	-	(17.684)	17.085	(34.769)	10.512	(28.196)
Demais passivos financeiros setoriais	(101.169)	(12.185)	68.331	-	527	(12.219)	(56.715)	(96.782)	40.067	(72.699)	15.984
Alíquota efetiva PIS/Cofins	12.913	-	-	-	-	(12.913)	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(12.538)	11.896	6.586	-	17	-	5.961	(4.784)	10.745	(2.753)	8.714
Sobrecontratação de energia	43.595	(4.914)	30.755	-	1.018	-	70.454	(43.196)	113.650	(21.712)	92.166
Diferimento/ devoluções tarifárias	(162.741)	(11.827)	14.440	-	(285)	43.470	(116.943)	(29.613)	(87.330)	(29.613)	(87.330)
Risco hidrológico	(92.661)	(56.899)	43.585	-	(821)	-	(106.796)	(72.804)	(33.992)	(79.230)	(27.566)
Outros	110.263	49.559	(27.035)	-	598	(42.776)	90.609	53.615	36.994	60.609	30.000
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	73.540	23.917	(47.649)	(27.154)	8.367	(12.221)	18.800	66.022	(47.222)	73.604	(54.804)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias para os anos de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração a regra de máximo esforço, prevista na regulamentação da REN 453/2011. No caso do ano de 2017 da Companhia, particularmente, em análise preliminar realizada no Reajuste Tarifário de 2018, a ANEEL entendeu que a Companhia esteve voluntariamente sobrecontratada, já que não realizou esforços para redução de seu nível de contratação.

Portanto, diante da decisão do Despacho nº 2.508, a Companhia entrou com o pedido de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.922, de 13 de outubro de 2020. O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela SRM/ANEEL e, em caso de nova negativa, a análise passa para a Diretoria da Agência Reguladora, por meio de sorteio do diretor relator. Eventual decisão pela manutenção do Despacho nº 2.508 poderia implicar no reconhecimento pela Companhia de passivo financeiro setorial no montante de R\$ 63.486 (atualizado até 31 de dezembro de 2020), tendo como contrapartida o resultado.



Notas Explicativas

11. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	30.06.2021	31.12.2020
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(707.120)	(700.167)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	383.681	379.092
Total	23.156	25.520

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

	30.06.2021	Percentual
Em 2021	2.364	10,21%
Em 2022	4.327	18,69%
Em 2023	3.960	17,10%
Em 2024	3.625	15,65%
2025 até 2027	8.880	38,35%
Total	23.156	100,00%

12. Cauções e Depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósito considerando: Garantia de leilões de energia (Bradesco), Garantia de Dívidas (BNB) e Garantias da concessão (Banco do Brasil). A seguir é apresentada a composição do saldo:

Instituição	Tipo de Aplicação	30.06.2021	31.12.2020
		Não Circulante	Não Circulante
Bradesco	CDB	13	13
BNB	CDB	15.012	14.940
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	14.962	13.630
Total		29.987	28.583

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. Ativo indenizável (concessão)**

Em 30 de junho de 2021 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	Ativo Indenizável
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.372.127
Transferências do ativo contratual	234.551
Marcação a mercado	10.237
Saldo em 30 de junho de 2020	2.616.915
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.026.407
Transferências do ativo contratual	164.746
Marcação a mercado	119.747
Saldo em 30 de junho de 2021	3.310.900

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

14. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2020	Adição	Depreciação/Amortização	Transferência	30.06.2021
Imobilizado em serviço					
Terrenos	30	-	-	-	30
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	9	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	64.235	-	-	20	64.255
Móveis e utensílios	55.921	-	-	-	55.921
Subtotal	120.195	-	-	20	120.215
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos	(49.808)	-	(611)	-	(50.419)
Móveis e utensílios	(35.404)	-	(293)	-	(35.697)
	(85.212)	-	(904)	-	(86.116)
Imobilizado em curso					
Máquinas e equipamentos	3.035	437	-	(20)	3.452
Móveis e utensílios	2.891	-	-	-	2.891
Subtotal	5.926	437	-	(20)	6.343
Total do imobilizado	40.909	437	(904)	-	40.442
Ativo de direito de uso					
Terrenos	352	-	(101)	-	251
Imóveis	2.303	-	(752)	-	1.551
Subtotal	2.655	-	(853)	-	1.802
Total	43.564	437	(1.757)	-	42.244

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/2019	Adição	Remensuração	Depreciação/Amortização	Baixa	Transferência	30.06.2020
Imobilizado em serviço							
Terrenos	30	-	-	-	-	-	30
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	9	-	-	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	61.397	-	-	-	(24)	796	62.169
Móveis e utensílios	51.355	-	-	-	(135)	951	52.171
Subtotal	112.791	-	-	-	(159)	1.747	114.379
Depreciação acumulada							
Máquinas e equipamentos	(45.854)	-	-	(2.066)	14	-	(47.906)
Móveis e utensílios	(32.533)	-	-	(1.428)	135	-	(33.826)
Subtotal	(78.387)	-	-	(3.494)	149	-	(81.732)
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	3.035	796	-	-	-	(796)	3.035
Móveis e utensílios	4.599	951	-	-	-	(951)	4.599
Subtotal	7.634	1.747	-	-	-	(1.747)	7.634
Total do imobilizado	42.038	1.747	-	(3.494)	(10)	-	40.281
Ativo de direito de uso							
Terrenos	82	74	-	(209)	-	53	-
Imóveis	8.660	-	(628)	(2.816)	-	(53)	5.163
Veículos e outros meios de transporte	588	-	-	(523)	-	-	65
Subtotal	9.330	74	(628)	(3.548)	-	-	5.228
Total	51.368	1.821	(628)	(7.042)	(10)	-	45.509

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 30 de junho de 2021:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	1,06
Imóveis	3,11

15. Intangível

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30.06.2021			31.12.2020
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Serviço				
Direito de uso da concessão	5.337.435	(3.162.704)	(279.505)	1.895.226
Software	317.944	(208.621)	-	109.323
Total	5.655.379	(3.371.325)	(279.505)	2.004.549

	Em serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.076.192	(2.858.217)	(286.953)	1.931.022
Baixas	-	-	-	-
Amortização	(1.660)	782	-	(878)
Transferência dos ativos contratuais	-	(155.481)	16.956	(138.525)
Transferências para ativo indenizável	119.205	-	-	119.205
Saldo em 30 de junho de 2020	5.193.737	(3.012.916)	(269.997)	1.910.824
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.485.574	(3.180.336)	(297.319)	2.007.919
Amortização	-	(190.989)	17.814	(173.175)
Transferência dos ativos contratuais	169.805	-	-	169.805
Saldo em 30 de junho de 2021	5.655.379	(3.371.325)	(279.505)	2.004.549

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

16. Ativos contratuais

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,25% a.a no semestre findo em 30 de junho de 2021 e 4,46% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30.06.2021		31.12.2020
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Curso			
Direito de uso da concessão	808.535	(222.901)	585.634
Software	136.001	-	136.001
Total	944.536	(222.901)	721.635

	Em Curso		
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	776.890	(255.833)	521.057
Adições	504.242	(11.773)	492.469
Capitalização de juros de empréstimos	591	-	591
Transferências para ativo intangível	(119.205)	-	(119.205)
Transferências para ativo indenizável	(234.551)	-	(234.551)
Saldo em 30 de junho de 2020	927.967	(267.606)	660.361
Saldo em 31 de dezembro de 2020	803.681	(222.901)	580.780
Adições	475.244	-	475.244
Capitalização de juros de empréstimos	162	-	162
Transferências para ativo intangível	(169.805)	-	(169.805)
Transferências para ativo indenizável	(164.746)	-	(164.746)
Saldo em 30 de junho de 2021	944.536	(222.901)	721.635

17. Fornecedores e outros contas a pagar

	30.06.2021	31.12.2020
<u>CIRCULANTE</u>		
Compra de Energia	319.333	497.247
Compra de Energia com partes relacionadas	186.550	1.229
Encargo de Uso da Rede	61.639	121.102
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	286	293
Total energia	567.808	619.871
Materiais e serviços	448.079	308.594
Materiais e serviços com partes relacionadas	116.050	96.092
Total fornecedores	1.131.937	1.024.557

18. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias não houve a publicação do acórdão.

A Companhia possui uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 30 de junho de 2021 o montante compensado de R\$ 127.901 (em 31 de dezembro de 2020 o montante compensado de R\$ 165.863) e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

A seguir apresentamos a posição patrimonial do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Nota	30.06.2021	31.12.2020
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
Ativo circulante	9	379.637	317.773
Ativo não circulante	9	809.432	992.192
Total do Ativo		1.189.069	1.309.965
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
Passivo circulante		374.386	317.773
Passivo não circulante		1.078.791	1.128.538
Total do Passivo		1.453.177	1.446.311

A seguir apresentamos a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.449.864	1.420.867
Constituição	16.983	16.983
Compensações	(29.337)	-
Outros	-	(340)
Saldo em 30 de junho de 2020	1.437.510	1.437.510
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.309.965	1.446.312
Reversão	(2.085)	(2.085)
Atualizações	9.090	9.090
Compensações	(127.901)	-
Outros	-	(140)
Saldo em 30 de junho de 2021	1.189.069	1.453.177

19. Obrigações fiscais

	30.06.2021	31.12.2020
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda - IRPJ	16.482	48.425
Contribuição social - CSLL a pagar	12.721	22.685
Total	29.203	71.110

O saldo em 30 de junho de 2021 é composto por provisões para imposto de renda no montante de R\$16.482 e contribuição social de R\$12.721 a pagar, líquido das compensações, referente Base Fiscal positiva do 2º trimestre de 2021 após a compensação do prejuízo fiscal sobre base negativa acumulado de períodos anteriores.

	30.06.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações fiscais federais						
REFIS IV - Federal (Previdenciário) (b)	971	2.265	3.236	1.231	3.488	4.719
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	25.027	-	25.027	24.413	-	24.413
Programa de integração social - PIS	5.359	-	5.359	5.343	-	5.343
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	8.791	-	8.791	7.304	-	7.304
Outros tributos e contribuições	6.000	-	6.000	960	-	960
Subtotal - Federais	46.148	2.265	48.413	39.251	3.488	42.739
Obrigações fiscais estaduais						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	141.164	-	141.164	123.480	-	123.480
Subtotal - Estaduais	141.164	-	141.164	123.480	-	123.480
Obrigações fiscais municipais						
Imposto sobre serviços - ISS	4.469	-	4.469	3.350	-	3.350
Outros tributos e contribuições	15	-	15	1.086	-	1.086
Subtotal - Municipais	4.484	-	4.484	4.436	-	4.436
Total outros tributos a pagar	191.796	2.265	194.061	167.167	3.488	170.655

- O ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. No 3º dia útil de cada mês, a área responsável pelo faturamento envia todos os relatórios do faturamento mensal do mês anterior, para que a área tributária realize a apuração do ICMS e o recolhimento no dia 20 do próprio mês.
- A Companhia aderiu, em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e tem como saldo a pagar no curto prazo no semestre findo em 30 de junho de 2021 o montante de R\$ 971 e no longo prazo o

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



montante de R\$ 2.265, tendo sua última parcela a ser paga em dezembro de 2022 atualizada pela SELIC.

	REFIS IV FEDERAL
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.719
(-) Pagamento principal	(770)
(-) Pagamento juros	(764)
(+) Atualização	51
Saldo em 30 de junho de 2021	3.236
Circulante	971
Não circulante	2.265
Total do passivo	3.236

	REFIS IV FEDERAL
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.311
(-) Pagamento principal	(649)
(-) Pagamento juros	(630)
(+) Atualização	105
Saldo em 30 de junho de 2020	6.137

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20. Empréstimos e financiamentos**

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	30.06.2021					31.12.2020				
	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total			Encargos	Principal	Total		
Moeda estrangeira:										
União Federal – Bônus de Desconto (a)	15	-	15	5.696	5.711	16	-	16	5.930	5.946
União Federal – Bônus ao Par (a)	105	-	105	8.163	8.268	110	-	110	8.499	8.609
SCOTIABANK 4131	-	-	-	-	-	2.011	191.478	193.489	-	193.489
TOKIO 4131	-	-	-	-	-	635	164.380	165.015	-	165.015
TOKIO 4131 II	-	-	-	-	-	227	55.025	55.252	-	55.252
SCOTIABANK 4131 II (b)	-	-	-	-	-	658	155.901	156.559	-	156.559
SCOTIABANK 4131 III (b1)	2.296	-	2.296	385.537	387.833	-	-	-	-	-
BNP 4131 II - COELCE (c)	621	-	621	116.100	116.721	-	-	-	-	-
BNP 4131 III - COELCE (c1)	456	116.100	116.556	-	116.556	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira	3.493	116.100	119.593	515.496	635.089	3.657	566.784	570.441	14.429	584.870
Moeda nacional:										
Financiamentos										
Eletrobrás (d)	-	3.472	3.472	2.275	5.747	-	4.437	4.437	3.796	8.233
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (e)	10	4.121	4.131	4.121	8.252	14	4.121	4.135	6.182	10.317
FINEP (f)	2	-	2	663	665	2	-	2	663	665
BNB II (g)	236	49.067	49.303	281.782	331.085	6.732	51.810	58.542	293.939	352.481
Financiamentos - Moeda nacional	248	56.660	56.908	288.841	345.749	6.748	60.368	67.116	304.580	371.696
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas										
Enel Finance International N.V. (h)	7.636	-	7.636	500.000	507.636	-	-	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	7.636	-	7.636	500.000	507.636	-	-	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	7.884	56.660	64.544	788.841	853.385	6.748	60.368	67.116	304.580	371.696
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	11.377	172.760	184.137	1.304.337	1.488.474	10.405	627.152	637.557	319.009	956.566

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	54.726	330.524	287.392	11.206	683.848
Captações	33.079	-	500.000	-	533.079
Encargos provisionados	3.993	-	8.676	-	12.669
Encargos pagos	(4.102)	-	(5.493)	-	(9.595)
Variação monetária e cambial	-	4.905	194.413	3.966	203.284
Transferências	3.633	(3.633)	45	(45)	-
Amortizações	(58.543)	-	-	-	(58.543)
Saldo em 30 de junho de 2020	32.786	331.796	985.033	15.127	1.364.742
					-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	67.116	304.580	570.441	14.429	956.566
Captações	-	500.000	135.000	535.000	1.170.000
Encargos provisionados	11.672	-	5.393	-	17.065
Encargos pagos	(3.568)	-	(5.548)	-	(9.116)
Variação monetária e cambial	-	15.722	(13.874)	-	1.848
Transferências	31.463	(31.461)	33.931	(33.933)	-
Amortizações	(42.139)	-	(605.750)	-	(647.889)
Saldo em 30 de junho de 2021	64.544	788.841	119.593	515.496	1.488.474

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante está assim apresentada:

30.06.2021					
2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total não Circulante
27.141	437.344	178.358	548.399	113.095	1.304.337

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o semestre findo em 30 de junho de 2021:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131III (b1)	400.000	06/01/2021	06/01/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,23% a.a.	Capital de giro	N/A
EFI - Credit Agreement (f)	500.000	02/03/2021	02/03/2025	Bullet	Bullet	CDI + 1,18%	Capital de giro	N/A
BNP 4131 II - COELCE (c)	135.000	01/04/2021	28/03/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
BNP 4131 III - COELCE (c1)	135.000	01/04/2021	28/03/2022	Bullet	Semestral	USD + 1,57% a.a.	Capital de giro	N/A

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de *swap*, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de *swap* pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 III (b1)	CDI + 0,80 a.a
BNP 4131 II - COELCE (c)	CDI + 1,18 a.a
BNP 4131 III - COELCE (c1)	CDI + 0,55 a.a

(ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no semestre findo em 30 de junho de 2021:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
União Federal – Bônus de Desconto (a)	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor + 1,0125% a.a.	Refinanciamento dívida	Receíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par (a)	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Receíveis e conta reserva
Eletrobrás (d)	78.115	13/01/2009	30/10/2023	Mensal	Mensal	6% a.a.	Luz Para Todos	Receíveis e nota promissória
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (e)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Receíveis
BNB II (g)	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária
FINEP (f)	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nos empréstimos com Eletrobrás, Scotiabank e BNP a Companhia comprometeu-se a cumprir as obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 30 de junho de 2021:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Eletrobrás	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,00	Anual
Scotiabank 4131 II	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
Scotiabank 4131 III	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

BNDES

- Endividamento bancário líquido para fins de cálculo dessa obrigação corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Eletrobrás

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa o lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, provisões para processos judiciais e outros e perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (últimos 12 meses).

SCOTIABANK e BNP 4131

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**21. Debêntures**

As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	30.06.2021				31.12.2020			
	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Principal		Encargos	Principal	Principal	
1ª Série 5ª emissão (a)	724	175.000	175.000	350.724	410	175.000	175.000	350.410
2ª Série 5ª emissão (b)	449	-	176.367	176.816	430	-	168.677	169.107
1ª Série 6ª emissão (c)	85	-	40.000	40.085	49	-	40.000	40.049
2ª Série 6ª emissão (d)	821	-	312.364	313.185	785	-	298.744	299.529
1ª Série 7ª emissão (e)	3.664	175.000	175.000	353.664	2.456	-	350.000	352.456
2ª Série 7ª emissão (f)	4.377	-	336.450	340.827	11.440	-	321.782	333.222
(-) Custo de transação	-	(1.741)	(8.016)	(9.757)	-	-	(11.190)	(11.190)
Total de debêntures	10.120	348.259	1.207.165	1.565.544	15.570	175.000	1.343.013	1.533.583

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.610	1.481.977	1.500.587
Atualização monetária	-	3.032	3.032
Encargos provisionados	35.668	-	35.668
Encargos pagos	(44.990)	-	(44.990)
Apropriação custo de transação	-	1.433	1.433
Saldo em 30 de junho de 2020	9.288	1.486.442	1.495.730
Saldo em 31 de dezembro de 2020	190.570	1.343.013	1.533.583
Atualização monetária	-	35.979	35.979
Encargos provisionados	33.726	-	33.726
Encargos pagos	(39.177)	-	(39.177)
Transferências	171.827	(171.827)	-
Apropriação custo de transação	1.433	-	1.433
Saldo em 30 de junho de 2021	358.379	1.207.165	1.565.544

As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes no semestre findo em 30 de junho de 2021, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 5ª emissão (a)	350.000	15/12/2017	15/12/2021	15/12/2022	Semestral	CDI+0,80% a.a	Anual	350	Implementação de programas de investimento
2ª Série 5ª emissão (b)	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
1ª Série 6ª emissão (c)	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão (d)	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
1ª Série 7ª emissão (e)	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a	Anual	350	Reperfilamento de dívidas
2ª Série 7ª emissão (f)	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção dos índices financeiros demonstrados abaixo, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações (informações) financeiras. No semestre findo em 30 de junho de 2021, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1ª Série e 2ª Série (5ª, 6ª e 7ª emissão)	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50

- Dívida líquida;

Significa a soma de (a) empréstimos, financiamentos, debêntures, intercompany; (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (c) saldo líquido de operações de derivativos; menos o resultado da soma (a) do numerário disponível em caixa; (b) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras; e (c) dos saldos de aplicações financeiras.

- LAJIDA;

Significa o lucro ou prejuízo da Emissora, relativo aos últimos doze meses, antes de contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação, baixa de ativos imobilizados, amortização, efeitos de teste de "impairments" e ajustes positivos e negativos da CVA – Conta das Variações da Parcela A, desde que não incluídos no resultado operacional.

A seguir é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	2022	2023	2024	Após 2024	Total
1ª Série 5ª emissão	175.000	-	-	-	175.000
2ª Série 5ª emissão	-	101.367	75.000	-	176.367
1ª Série 6ª emissão	-	40.000	-	-	40.000
2ª Série 6ª emissão	-	-	177.364	135.000	312.364
1ª Série 7ª emissão	-	175.000	-	-	175.000
2ª Série 7ª emissão	-	-	336.450	-	336.450
(-) Custo de transação	(1.620)	(3.240)	(2.407)	(749)	(8.016)
Total a amortizar	173.380	313.127	586.407	134.251	1.207.165



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações por Arrendamentos

Os saldos em 30 de junho de 2021 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	30.06.2021	31.12.2020	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<u>Obrigações por arrendamento:</u>					
Terrenos	440	535	12,75	Mensal	de 5,37% a.a até 10,01% a.a
Imóveis	2.935	3.734	37,31	Mensal	de 2,42% a.a até 12,51% a.a
Total	3.375	4.269			
Circulante	2.619	2.944			
Não circulante	756	1.325			
	3.375	4.269			

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante está assim apresentada:

	30.06.2021		
	Principal	Juros	Total
Até um ano - 2021	2.739	(120)	2.619
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	714	(120)	594
Até 2 anos - 2022	375	(47)	328
Até 3 anos - 2023	163	(32)	131
Até 4 anos - 2024	96	(24)	72
Até 5 anos - 2025	80	(17)	63
2026 em diante	176	(14)	162
Total circulante e não circulante	3.629	(254)	3.375

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.784	3.242	11.026
Adições	-	74	74
Remensuração	(628)	-	(628)
Pagamentos de principal	(3.273)	-	(3.273)
Pagamentos de juros	(275)	-	(275)
Transferências	1.340	(1.340)	-
Encargos provisionados	275	-	275
Saldo em 30 de junho de 2020	5.223	1.976	7.199
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.944	1.325	4.269
Pagamentos de principal	(894)	-	(894)
Pagamentos de juros	(100)	-	(100)
Transferências	569	(569)	-
Encargos provisionados	100	-	100
Saldo em 30 de junho de 2021	2.619	756	3.375

23. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	30.06.2021	31.12.2020
Conta de desenvolvimento energético – CDE-Conta Covid (a)	14.938	-
Pesquisa e desenvolvimento- (“P&D”)	46.437	43.744
Programa de Eficiência Energética- (“PEE”)	44.406	60.989
Outros	3.247	3.979
Total	109.028	108.712

- a) Valor a ser repassado à CCEE através de amortização mensal pelos próximos 5 anos do encargo CDE - Conta Covid, por meio do Despacho nº 939/2021, relativo ao empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



24. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	30.06.2021				31.12.2020				Receita (Despesa)		Intangível
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2020
Benefícios pós-emprego	Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	-	1.338	72.638	4.999	-	1.530	75.411	1.480	(4.325)	(3.792)	715
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em	ENEL XBrasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	443	-	-	-	73	-	-	-	368	446	-
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL XBrasil S.A.	Setembro de 2018 a Setembro de 2021	-	1.760	-	-	-	1.166	-	-	(761)	(526)	-
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de	ENEL Brasil S.A.	Março de 2020 a Março de 2025	-	35.170	-	-	-	23.126	-	-	-	-	-
Compartilhamento das despesas de	ENEL Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	-	54.129	-	-	-	51.601	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		-	1.302	-	-	-	658	-	-	(3.955)	(3.845)	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	184.391	-	-	-	-	-	-	(740.299)	(620.751)	-
	ENEL Green Power Paranapanema		-	81	-	-	-	84	-	-	(500)	(460)	-
	ENEL Green Power Mourão		-	23	-	-	-	24	-	-	(144)	(131)	-
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	141	-	-	-	83	-	-	(352)	(334)	-
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	83	-	-	-	45	-	-	(236)	(224)	-
	ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.		-	232	-	-	-	137	-	-	(581)	(551)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	112	-	-	-	103	-	-	(518)	(484)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		-	185	-	-	-	95	-	-	(480)	(449)	-
Encargo de uso do sistema de Consumo Próprio	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	286	-	-	-	293	-	-	(1.761)	(1.634)	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	Até o final da concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	34	37	-
Dividendos	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2020 a dezembro de 2021	-	156.860	-	-	-	115.620	-	-	-	-	-
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A.	Julho de 2019 a abril 2028	-	476	-	-	-	487	-	-	(525)	(536)	-
Mútuo	ENEL Finance International N.V.	março de 2021 a março de 2025	-	7.636	500.000	-	-	-	-	-	(7.636)	-	-
	ENEL SPA		670	-	-	-	670	-	-	-	-	-	-
	CODENSA		-	243	-	-	-	181	-	-	(62)	(60)	-
	ENEL Itália		-	122	-	-	-	270	-	-	149	(177)	-
	ENEL AMERICAS		-	556	-	-	-	444	-	-	(112)	(193)	-
	ENEL Global Infrastructure and Network		-	1.103	-	-	-	496	-	-	(607)	(817)	-
	ENEL Iberoamérica		-	899	-	-	-	899	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Rio - AMPLA		232	2.636	-	-	232	2.636	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		514	5.158	-	-	514	4.690	-	-	-	-	-
	ENEL CIEN S.A.		1.125	26	-	-	915	26	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		2.656	305	-	-	2.656	305	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		200	1.527	-	-	144	1.527	-	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		433	5.417	-	-	344	5.416	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		662	-	-	-	542	-	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil Participações LTDA		821	475	-	-	580	385	-	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		1.331	6.524	-	-	1.007	2.924	-	-	-	-	-
			9.087	469.196	572.638	4.999	7.677	215.251	75.411	1.480	(762.303)	(634.481)	715
			9.087	467.858	500.000	-	7.677	213.721	-	-	(757.978)	(630.689)	-
	TOTAL DE PARTES RELACIONADAS	(-) Benefícios pós-emprego	-	1.338	72.638	4.999	-	1.530	75.411	1.480	(4.325)	(3.792)	715

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada no semestre findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(*) A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação.

Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIE S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	1.233	2.642	1.254	2.451
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	16	31	13	26
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	105	209	91	181
Total	1.354	2.882	1.358	2.658

Mútuo

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement): Em 02 de março de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$ 500.000 com vencimento em 02 de março de 2025 a uma taxa de CDI + 1,18 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio do despacho Nº 2.979 de 11 de dezembro de 2018. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2021 é de R\$ 507.636

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30.06.2021		
	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas			
Enel Finance International N.V.	7.636	-	500.000
Total de Empréstimos com partes relacionadas	7.636	-	500.000
	30.06.2021	31.12.2020	12 meses
Efeito no resultados dos encargos	7.636	-	7.636
Enel Finance International N.V.	7.636	-	7.636
Total de efeito no resultados dos encargos			

25. Obrigações com benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados, corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasielros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente. A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasielros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

Os planos de assistência médica, FGTS e BD em 30 de junho de 2021 estão representados abaixo:

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	76.941	34.987	111.928
Custo do serviço corrente	(4)	73	170	701	940
Custo dos juros líquidos	(6)	(3)	2.732	662	3.385
Contribuições reais do empregador	(73)	(193)	(2.386)	(2.027)	(4.679)
Ganho/Perda Atuarial	83	124	(3.482)	(5.145)	(8.420)
Saldo em 30 de junho de 2021	-	1	73.975	29.178	103.154
				Circulante	1.338
				Não Circulante	101.816

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	73.297	23.760	97.057
Custo do serviço corrente	192	56	181	248	677
Custos do serviço passado	(39)	(6)	2.636	524	3.115
Custo dos juros líquidos	(779)	(112)	(1.873)	(488)	(3.252)
Contribuições reais do empregador	626	62	(1.620)	743	(189)
Saldo em 30 de junho de 2020	-	-	72.621	24.787	97.408
				Circulante	1.554
				Não Circulante	95.854

Despesas nos trimestres e semestre findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020 reconhecida nas demonstrações do resultado relacionada com os planos:

	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2021 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Custo do serviço corrente	470	940	339	677
Custos dos juros	1.692	3.385	1.557	3.115
Total de despesas	2.162	4.325	1.896	3.792

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, as quais estão principalmente relacionadas à pandemia (COVID-19), e seus impactos econômico-financeiros – vide nota explicativa nº 1.1. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, com o auxílio de realizada por atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2020, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33(R1) e IAS 19(R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2021, ocasionou uma diminuição de R\$ 8.420 no passivo atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

(a) Ativos e passivos atuariais

	30.06.2021
Valor presente das obrigações atuariais	1.295.150
Valor justo dos ativos do plano	(1.404.368)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	212.372
Obrigação registrada com benefícios pós-emprego	103.154
Circulante	1.338
Não Circulante	101.816

(b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30.06.2021
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.412.549
Custo dos serviços correntes	940
Contribuição dos empregados	767
Custos dos juros	49.414
Benefícios pagos	(39.111)
Perda atuarial	(129.409)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	1.295.150

(c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	30.06.2021
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.377.248
Rendimento esperado dos ativos do plano	48.815
Contribuições dos empregados	767
Contribuições do empregador	4.679
Benefícios pagos	(39.111)
Perda/ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do	11.970
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	1.404.368

(d) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue

	30.06.2021
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	76.627
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	2.786
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	132.959
	212.372

(e) Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres e semestres:

	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Custo do serviço corrente	470	940	339	677
Custos dos juros	1.692	3.385	1.557	3.115
Total de despesas	2.162	4.325	1.896	3.792

(f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)

	30.06.2021
Perda atuarial gerada pela taxa de desconto	129.409
Perda/ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos	11.970
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	(132.959)
Saldo do final do período	8.420

As taxas de desconto nominal utilizadas para a obrigação atuarial, estão apresentadas a seguir:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Premissas	Plano BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	8,26%	7,74%	8,06%	7,78%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	8,26%	7,74%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	N/A

As demais premissas atuariais (econômicas, demográficas e expectativa de vida) utilizadas na avaliação atuarial anual, para o período findo em 30 de junho de 2021, não sofreram alteração.

26. Provisões para processos judiciais e outros riscos

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

26.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

	31.12.2020	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	30.06.2021
Trabalhistas (a)	29.733	7.011	(7.006)	5.082	(549)	34.271
Cíveis (b)	121.936	18.761	(16.859)	13.775	(16.886)	120.727
Fiscais (c)	-	45	-	-	(35)	10
Regulatório (c)	42.860	-	(769)	-	(90)	42.001
Sub-total	194.529	25.817	(24.634)	18.857	(17.560)	197.009
Outros Provisões (d)	-	14.558	-	-	-	14.558
Total - provisões para processos judiciais e outros riscos	194.529	40.375	(24.634)	18.857	(17.560)	211.567

As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria, sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais. Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores

c) Riscos regulatórios

c.1) Auto de Infração SFE-0032-18, tema Geração Distribuída, no valor original R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020 houve

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435, juros de R\$ 547, sendo provisionado o montante controverso de R\$ 3.300, que está em discussão no âmbito judicial.

c.2) Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE, tema Teleatendimento, a ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10/03/2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, que a Não Conformidade deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793, no qual esse montante encontra-se provisionado. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional.

c.3) Auto de Infração nº 0001/2020-ARCE-SFE referente a “Faturamento - pós migração de sistema”, no montante de R\$ 284 foi integralmente provisionado em maio de 2020. Em junho de 2021, houve apreciação, pela ARCE, do recurso apresentado pela Companhia, mantendo o valor da multa. A Enel CE decidiu pelo pagamento integral da multa regulatória, a ser realizado em julho/21.

c.4) Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC, no valor de R\$ 26.061. A Companhia efetuou em junho de 2020 uma provisão parcial do referido auto no montante de R\$ 22.998. Em maio de 2021, após juízo de reconsideração do Conselho Diretor da ARCE, houve redução do valor do auto de infração AI-0002/2020-ARCE-SFE de R\$ 26.019 para R\$ 22.139, ocorrendo a reversão de R\$ 858.

c.5) Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, agravado pela ANEEL em segunda instância, com valor atual da multa R\$ 1.691 e valor provisionado de R\$ 1.297, está em discussão no âmbito judicial.

c.6) Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188 que se encontra provisionado. O processo está em discussão no âmbito judicial.

d) Outras provisões

Durante o primeiro semestre de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia inicia o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída no valor total de R\$ 14.558 será realizada.

26.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	30.06.2021	31.12.2020
Trabalhistas (a)	544.175	506.883
Cíveis (b)	1.486.612	1.363.003
Fiscais (c)	846.995	761.525
Juizados especiais	2.752	2.983
Regulatórios	3.694	6.716
Total	2.884.228	2.641.110

A Companhia apresenta a seguir os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se na base, ainda, ações previdenciárias.

b) Cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

e) Fiscal**c.1 Temas estaduais**

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 713.468 em 30 de junho de 2021 (R\$ 643.066 em 31 de dezembro de 2020);

c.2 Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 44.263 e

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



R\$ 4.650 em 30 de junho de 2021 (R\$ 38.976 e R\$ 4.614 em 31 de dezembro de 2020). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos Municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel e Várzea Alegre. O valor total atualizado desses autos, em 30 de junho de 2021 é de R\$ 11.624 (R\$ 10.961 em 31 de dezembro de 2020).

c.3 Temas federais

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 53.432 em 30 de junho de 2021 (R\$ 48.342 em 31 de dezembro de 2020);

c) Regulatórios

No âmbito regulatório, a Companhia possui valores classificados como possíveis referentes a processos administrativos punitivos junto à ARCE/ANEEL, a saber: (i) R\$ 284, referente ao Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C (Base de Remuneração), (ii) 3.300, referente ao Auto de Infração SFE-0032-18 (Geração Distribuída) e (iii) 3.022, referente ao Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE (Indicadores de continuidade DEC FEC), totalizando R\$ 3.694 em 30 de junho de 2021 e R\$ 6.716 em 31 de dezembro de 2020.

26.3 Depósitos vinculados

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	30.06.2021	31.12.2020
Trabalhistas	18.666	18.447
Cíveis	27.245	25.396
Fiscais	3.949	3.833
Total	49.860	47.676

27. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social é de R\$ 914.346 em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	30.06.2021	31.12.2020
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
Total	77.855.299	77.855.299

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Ações ordinárias (em unidades)		Ações preferenciais (em unidade)						Total (em unidades)	
	Total (I)		Classe A		Classe B		Total (II)		(I) + (II)	
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Onyx Latin América Equity Fund	-	0,00%	1.687.600	5,97%	-	0,00%	1.687.600	5,67%	1.687.600	2,17%
Fundo de Pensão - FAELCE	-	0,00%	25.655	0,09%	-	0,00%	25.655	0,09%	25.655	0,03%
Una Capital Ltda	919.403	1,91%	1.490.268	5,27%	-	-	1.490.268	5,00%	2.409.671	3,10%
Outros	84.289	0,18%	10.493.415	37,14%	3.097	0,20%	10.496.512	35,24%	10.580.801	13,59%
Total de Ações	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,01%	77.855.299	100,00%

b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

d) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

e) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei nº 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

f) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide Nota 11.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**g) Outros resultados abrangentes**

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	30.06.2021	30.06.2020
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	8.420	189
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em benefícios pós-emprego	(2.863)	(64)
Ganho de instrumentos financeiros derivativos	3.430	2.959
Tributos diferidos sobre perda/ganho instrumentos financeiros derivativos	(1.167)	(1.006)
Total	7.820	2.078

28. Resultado por ação

	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Numerador (em R\$ mil)				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia				
Lucro disponível aos acionistas ordinários	116.888	170.550	16.125	67.144
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	68.703	100.244	9.478	39.465
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	3.732	5.445	515	2.144
	189.323	276.239	26.118	108.753
Denominador (em unidades de ações)				
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662	1.534.662	1.534.662
	77.855.299	77.855.299	77.855.299	77.855.299
Percentual por ação				
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%	1,9712%	1,9712%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)				
Ação ordinária	2,4317	3,54811	0,33547	1,39686
Ação preferencial - Classe A	2,5776	3,76099	0,35560	1,48067
Ação preferencial - Classe B	2,6749	3,90292	0,36902	1,53655

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe “A” e 10% para as ações de classe “B”, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe “B” poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe “A”, a requerimento do interessado.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



29. Receita líquida

	30.06.2021			30.06.2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.259.905	2.565.807	1.232.661	3.176.510	2.389.090	1.063.811
Industrial	6.194	271.301	379.128	6.410	263.248	328.855
Comercial	182.662	739.150	654.207	186.359	798.431	646.675
Rural	591.878	602.087	353.170	593.885	534.537	256.750
Poder público	31.787	246.714	204.481	34.466	266.725	200.717
Iluminação pública	11.630	343.331	147.130	11.030	290.292	113.137
Serviço público	4.558	145.111	106.072	4.512	151.169	103.395
Suprimento e revenda	2	5.659	409	2	6.150	354
Fornecimento faturado	4.088.616	4.919.160	3.077.258	4.013.174	4.699.642	2.713.694
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	328.888			198.903
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(12.856)			(6.070)
Receitas com partes relacionadas (vide nota 21)			34			-
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.088.616	4.919.160	3.393.324	4.013.174	4.699.642	2.906.527
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial			391.446			(23.732)
Subvenção baixa renda			103.478			160.423
Subvenção de recursos da CDE			117.721			123.443
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	522	1.219.548	164.393	389	894.550	117.020
Receita de construção			475.406			493.060
Venda de Energia Excedente - MVE			39.009			11.466
Outras receitas			56.348			56.076
Total outras receitas	522	1.219.548	1.347.801	389	894.550	937.756
Receita operacional bruta	4.089.138	6.138.708	4.741.125	4.013.563	5.594.192	3.844.283
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS			(886.975)			(740.317)
COFINS - corrente			(277.476)			(214.173)
PIS - corrente			(60.242)			(46.498)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE			(28.105)			(21.993)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE			(166.046)			(76.439)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE			(3.119)			(3.134)
ISS			(3.303)			(2.605)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(1.425.266)	-	-	(1.105.159)
Receita operacional líquida	4.089.138	6.138.708	3.315.859	4.013.563	5.594.192	2.739.124

(*) Não revisado pelos auditores independentes

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01.04.2021 a 30.06.2021			01.04.2020 a 30.06.2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.259.905	1.286.426	756.101	3.176.510	1.226.904	597.856
Industrial	6.194	142.374	202.328	6.410	111.543	149.263
Comercial	182.662	358.949	335.595	186.359	343.924	290.381
Rural	591.878	284.587	176.728	593.885	266.939	120.754
Poder público	31.787	124.293	108.098	34.466	115.239	89.521
Iluminação pública	11.630	181.016	75.841	11.030	140.722	49.138
Serviço público	4.558	77.425	56.500	4.512	62.671	45.519
Suprimento e revenda	2	2.824	210	2	2.599	176
Fornecimento faturado	4.088.616	2.457.894	1.711.401	4.013.174	2.270.541	1.342.608
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado			37.833			(35.174)
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres			(4.579)			(1.370)
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres			12			-
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.088.616	2.457.894	1.744.667	4.013.174	2.270.541	1.306.064
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial			289.019			34.914
Subvenção baixa renda			51.557			115.031
Subvenção de recursos da CDE			50.614			53.200
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	522	601.873	87.413	389	363.322	51.955
Receita de construção			267.602			256.077
Venda de Energia Excedente - MVE			24.306			-
Outras receitas			27.775			29.638
Total outras receitas	522	601.873	798.286	389	363.322	540.815
Receita operacional bruta	4.089.138	3.059.767	2.542.953	4.013.563	2.633.863	1.846.879
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS			(460.967)		-	(343.265)
COFINS - corrente			(152.259)		-	(101.994)
PIS - corrente			(33.057)		-	(22.143)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE			(14.914)		-	(10.558)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE			(99.034)		-	(26.347)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE			(2.259)		-	(1.567)
ISS			(1.519)		-	(1.464)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(764.009)	-	-	(507.338)
Receita operacional líquida	4.089.138	3.059.767	1.778.944	4.013.563	2.633.863	1.339.541

(*) Não revisado pelos auditores independentes

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



30. Receitas (custos/despesas) operacionais

	30.06.2021					30.06.2020				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(59.270)	-	(35.364)	-	(94.634)	(59.298)	-	(24.367)	-	(83.665)
Material	(68.393)	-	(152)	-	(68.545)	(12.223)	-	(776)	-	(12.999)
Serviços de terceiros	(163.171)	-	(21.670)	-	(184.841)	(178.055)	(873)	(24.926)	-	(203.854)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.569.971)	-	-	-	(1.569.971)	(1.333.138)	-	-	-	(1.333.138)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(342.334)	-	-	-	(342.334)	(154.643)	-	-	-	(154.643)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (i)	7.132	-	-	-	7.132	50.705	-	-	-	50.705
Depreciação e amortização	(161.002)	-	(1.757)	-	(162.759)	(127.726)	-	(7.042)	-	(134.768)
Custo na desativação de bens	-	-	-	-	-	(11.706)	-	-	-	(11.706)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(26.398)	-	-	(26.398)	-	(112.789)	-	-	(112.789)
Perda de recebíveis de clientes	-	(25.542)	-	-	(25.542)	-	(9.921)	-	-	(9.921)
Custo de construção	(475.406)	-	-	-	(475.406)	(493.060)	-	-	-	(493.060)
Provisão para processos judiciais e outros riscos	-	-	(1.183)	-	(1.183)	-	-	(28.103)	-	(28.103)
Outras despesas operacionais	(13.472)	-	(27.432)	-	(40.904)	(14.126)	-	(23.086)	(1.033)	(38.245)
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	6.222	6.222	-	-	-	7.056	7.056
Outras receitas operacionais	-	-	-	888	888	-	-	-	1.621	1.621
Subtotal	(2.845.887)	(51.940)	(87.558)	7.110	(2.978.275)	(2.333.270)	(123.583)	(108.300)	7.644	(2.557.509)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	01.04.2021 a 30.06.2021					01.04.2020 a 30.06.2020				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(30.388)	-	(11.426)	-	(41.814)	(28.706)	-	(11.473)	-	(40.179)
Material	(16.708)	-	(80)	-	(16.788)	(6.703)	-	(547)	-	(7.250)
Serviços de terceiros	(87.755)	42	(14.546)	-	(102.259)	(85.517)	(613)	(6.929)	-	(93.059)
Energia elétrica comprada para revenda	(837.921)	-	-	-	(837.921)	(673.893)	-	-	-	(673.893)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(150.596)	-	-	-	(150.596)	(72.573)	-	-	-	(72.573)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (i)	7.132	-	-	-	7.132	50.705	-	-	-	50.705
Depreciação e amortização	(75.482)	-	(817)	-	(76.299)	(66.110)	-	(2.565)	-	(68.675)
Custo na desativação de bens	-	-	-	-	-	(7.063)	-	-	-	(7.063)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(36.332)	-	-	(36.332)	-	(71.897)	-	-	(71.897)
Perda de recebíveis de clientes	-	(12.450)	-	-	(12.450)	-	(8.357)	-	-	(8.357)
Custo de construção	(267.602)	-	-	-	(267.602)	(256.077)	-	-	-	(256.077)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(366)	-	(366)	-	-	(19.935)	-	(19.935)
Outras despesas operacionais	(7.677)	-	(17.202)	752	(24.127)	(7.482)	-	(9.670)	(295)	(17.447)
Receita de multas por imp pontualidade de clientes	-	-	-	3.611	3.611	-	-	-	3.642	3.642
Outras receitas operacionais	-	-	-	494	494	-	-	-	1.121	1.121
Subtotal	(1.466.997)	(48.740)	(44.437)	4.857	(1.555.317)	(1.153.419)	(80.867)	(51.119)	4.468	(1.280.937)



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Resultado financeiro

	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	2.908	4.102	2.121	2.121
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	18.751	42.302	8.993	19.165
Marcação a mercado de ativo indenizável	55.896	119.747	(12.966)	10.237
Reversão de atualização de CDE	-	-	-	-
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	16.180	19.271	4.329	8.581
Variação cambial	640	1.863	1.466	4.991
Variação cambial de dívida	158.876	158.876	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(30.506)	144.994	55.625	194.352
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	-	-	1.669
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	-	-	(3.239)	-
Juros fundo de pensão	5	9	23	44
Outras receitas financeiras	2.328	3.955	524	1.288
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.610)	(3.163)	(613)	(1.293)
Subtotal	223.468	491.956	56.263	241.155
Despesas financeiras				
Variação monetária de dívidas	(6.483)	(15.722)	1.052	(4.906)
Variação monetária de debêntures	(16.405)	(35.979)	7.187	(3.032)
Variação cambial de dívidas	(52.762)	(145.002)	(56.348)	(198.378)
Variação cambial	(2.545)	(2.545)	-	-
Encargos de dívidas	(10.648)	(17.065)	(7.155)	(12.669)
Juros debêntures	(18.109)	(33.726)	(16.589)	(35.668)
Encargos fundo de pensão	(1.697)	(3.394)	(1.580)	(3.159)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(5.740)	(11.923)	(214)	(214)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(9.521)	(18.857)	(3.304)	(11.670)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(73.960)	(158.793)	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	6.648	-	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(4.241)	(6.678)	1.176	(3.819)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	78	162	221	591
Atualizações de impostos	(879)	(2.190)	(129)	(1.947)
Atualização P&D/PEE	(601)	(1.699)	(194)	(404)
IOF/IOC	(1)	(1)	(6)	(774)
Apropriação custo de transação	(717)	(1.433)	(716)	(1.433)
Comissão de fiança e seguro garantia	(819)	(1.471)	(2.626)	(3.720)
Juros em arrendamento	(46)	(100)	(126)	(275)
Outras despesas financeiras	(6.489)	(7.824)	(7.684)	(10.454)
Subtotal	(204.937)	(464.240)	(87.035)	(291.931)
Total do resultado financeiro	18.531	27.716	(30.772)	(50.776)

32. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	01.01.2021 a 30.06.2021		01.01.2020 a 30.06.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(118.328)	(46.674)	(70.911)	(25.557)
Diferidos	24.386	12.849	37.984	13.699
Incentivo fiscal	38.706	-	22.699	-
Total	(55.236)	(33.825)	(10.228)	(11.858)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	365.300	365.300	130.839	130.839
Adições:				
Gratificação a administradores	7.768	7.768	872	872
Doações	161	161	24	24
Outras despesas indedutíveis	-	-	10	15
Total das adições	7.929	7.929	906	911
Base de cálculo	373.229	373.229	131.745	131.750
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(93.301)	(33.591)	(32.927)	(11.858)
Incentivos fiscais	38.706	-	22.699	-
Ajustes de períodos anteriores	(641)	(234)	-	-
Total da despesa com tributos	(55.236)	(33.825)	(10.228)	(11.858)
Alíquota efetiva	15,12%	9,26%	7,82%	9,06%

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Resultado		Outros resultados	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Tributos diferidos ativos:						
Provisões para processos judiciais e outros riscos	66.983	68.781	(1.798)	8.935	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	103.655	83.766	19.889	41.718	-	-
Provisão perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	63.615	66.478	-	-	(2.863)	(64)
Instrumentos financeiros derivativos SWAP	19.742	721	19.742	(567)	(722)	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	535	549	(14)	-	-	-
Outras provisões	32.631	20.188	14.808	7.634	-	-
Total dos diferidos ativos	288.966	242.288	52.627	57.720	(3.585)	(64)
Tributos diferidos passivos:						
Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CMC)	(1.457)	(1.480)	23	26	-	-
Ativo indenizável (concessão)	(221.717)	(181.003)	(40.714)	(3.480)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(1.166)	(27.663)	27.663	-	(1.166)	1.182
Total dos diferidos passivos	(224.340)	(210.146)	(13.028)	(3.454)	(1.166)	1.182
Ativo fiscal diferido, líquido	64.626	32.142				
Realização do benefício fiscal da incorporação			39.599	54.266	(4.751)	1.118
Total (despesa) receita com imposto de renda e contribuição social diferidos			37.235	51.683		

33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 184 municípios do Estado do Ceará. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



seu negócio:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	30.06.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	221.854	166.015
Títulos e valores mobiliários	105.803	92.376
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	-	64.356
Consumidores e outras contas a receber	1.704.164	1.485.066
Ativos financeiros setoriais	168.694	-
Ativo indenizável (concessão)	3.310.900	3.026.407
	5.511.415	4.834.220

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 30 de junho de 2021, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificações de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Instrumentos Financeiros Derivativos	30.06.2021	31.12.2020
AA-	-	64.356
Total geral	-	64.356

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.06.2021	31.12.2020
AAA	276.659	227.501
AA+	13	13
Total geral	276.672	227.514

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar esse risco, em 30 de junho de 2021, todas as dívidas indexadas ao dólar mais relevantes na modalidade de 4131 da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de junho de 2021 (em reais).

	30.06.2021
Passivos em Moeda Estrangeira	
Empréstimos e Financiamento	635.089
Exposição Patrimonial	635.089
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(631.563)
Exposição líquida	3.526

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

d) Risco de encargos de dívida (taxas de juros e inflação)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação,

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía 99,9% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor e TJLP).

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.06.2021	%	31.12.2020	%
Selic	105.209	38,03%	15.575	6,85%
CDI	171.463	61,97%	211.926	93,15%
Pré-Fixado	-	0,00%	13	0,01%
Total	276.672	100,00%	227.514	100,00%

Ativo Financeiro Indenizável	30.06.2021	%	31.12.2020	%
IPCA	3.310.900	100,00%	3.026.407	100,00%
Total	3.310.900	100,00%	3.026.407	100,00%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	30.06.2021	%	31.12.2020	%
Taxa fixa	2.057	0,07%	10.824	0,45%
TJLP	665	0,02%	665	0,03%
CDI	1.938.306	62,35%	1.254.017	51,70%
IPCA	1.161.913	37,38%	1.154.339	47,59%
Libor	5.712	0,18%	5.948	0,25%
Total	3.108.653	100,00%	2.425.793	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800.000.

Com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600.000, através do despacho Nº 1.540 de 28 de maio de 2021, o qual passou a R\$ 1.400.000 dos quais, em 30 de junho de 2021, estavam disponíveis R\$ 900.000

A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30.06.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	1.488.474	956.566
Debêntures (Nota 21)	1.565.544	1.533.583
Instrumentos financeiros derivativos - <i>Swap</i> (Nota 33)	54.635	(64.356)
Dívida	3.108.653	2.425.793
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(221.854)	(166.015)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(105.803)	(92.376)
Dívida líquida (a)	2.780.996	2.167.402
Patrimônio líquido (b) (Nota 27)	3.406.301	3.230.548
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	45%	40%

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 30 de junho de 2021						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	3.072	3.526	125.985	528.265	-	660.848
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	5.256	9.073	40.466	213.230	90.496	358.521
Debêntures	(26)	7.472	420.654	1.339.176	-	1.767.276
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	-	13.572	21.717	666.078	-	701.367
Total	8.302	33.643	608.822	2.746.749	90.496	3.488.012

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Saldo em 30 de junho de 2021				
Instrumentos financeiros derivativos – <i>Swap</i> – pagamentos / (recebimentos)	4.435	37.541	81.720	123.696
Total	4.435	37.541	81.720	123.696

f) Valorização dos instrumentos financeiros**Valor justo hierárquico**

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



		30.06.2021		31.12.2020		
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	221.854	221.854	166.015	166.015
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	105.803	105.803	92.376	92.376
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	29.987	29.987	28.583	28.583
Consumidores e outras contas a receber	Custo amortizado	2	1.704.164	1.704.164	1.485.066	1.485.066
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	-	-	65.597	65.597
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	483	483
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	3.310.900	3.310.900	3.026.407	3.026.407
Total do ativo			5.541.402	5.541.402	4.864.527	4.864.527
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	853.385	833.509	371.696	344.467
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.565.544	1.575.301	1.533.583	1.544.773
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	635.089	583.349	584.870	583.470
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	54.635	54.635	1.241	1.241
Arrendamentos	Custo amortizado	2	3.375	3.375	4.269	4.269
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	83.342	83.342	209.220	209.220
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.131.937	1.131.937	1.024.557	1.024.557
Total do passivo			4.327.307	4.265.448	3.729.436	3.711.997

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

g) Instrumento financeiro derivativo

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

Contraparte	Contratos de swaps:	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	BRL	
					30.06.2021	31.12.2020
Scotiabank		07/01/2020	07/01/2021	CDI + 0,19% aa	-	41.865
TOKIO		18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,07% aa	-	13.623
TOKIO II		18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,12% aa	-	4.786
Scotiabank II		01/04/2020	01/04/2021	CDI + 2,60% aa	-	3.599
Scotiabank III		06/01/2021	06/01/2023	CDI + 0,80% aa	(17.495)	483
BNP II		01/04/2021	28/03/2024	CDI + 1,18% aa	(18.794)	-
BNP III		01/04/2021	28/03/2022	CDI + 0,55% aa	(18.346)	-
Total					(54.635)	64.356

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(15.399)
Efeito no resultado financeiro	190.533
Marcação a mercado no resultado	1.669
Marcação a mercado no patrimônio líquido	3.476
Pagamento de juros	822
Saldo em 30 de junho de 2020	181.101
Saldos em 31 de dezembro de 2020	64.356
Efeito no resultado financeiro	(20.477)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	5.553
Recebimento de principal	(105.750)
Recebimento de Juros	1.683
Saldo em 30 de junho de 2021	(54.635)

Em janeiro de 2021 houve a reversão da marcação a mercado do instrumento financeiro com o Scotiabank III realizada em dezembro de 2020. Em janeiro de 2021, quando ocorreu o desembolso do objeto protegido, o instrumento financeiro passou a ser classificado como Cash Flow Hedge, passando a marcação a mercado a ser contabilizada no patrimônio, sendo necessária a reversão da despesa de R\$ 483.

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) em 30 de junho de 2021 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abangentes	Resultado	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 06.01.21 Scotiabank III	(17.495)	(18.691)	1.196	-	400.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.04.21 BNP II	(18.794)	(19.707)	913	-	134.999	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.04.21 BNP III	(18.346)	(19.667)	1.321	-	134.999	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Total	(54.635)	(58.065)	3.430	-	669.998	

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de junho de 2021.

h) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 30 de junho de 2021 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativos (Passivos)	Risco	Base	Cenários projetados - jun. 2022		
		30.06.2021	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	105.209	6.927	5.195	3.464
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	171.463	11.289	8.467	5.645
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	-	-	-	-
Ativo indenizável	Redução do IPCA	3.310.900	104.590	78.443	52.295
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(686.198)	(40.762)	(49.315)	(57.765)
Instrumentos financeiros derivados	Pré-fixado	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	631.563	(25.229)	109.940	222.263
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(4.242)	(561)	(561)	(561)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(629.378)	24.775	(109.952)	(221.909)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(665)	(36)	(44)	(51)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(1.252.109)	(79.150)	(95.690)	(112.030)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(1.161.913)	(120.585)	(137.274)	(153.733)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(5.711)	239	(1.044)	(2.113)
			(118.503)	(191.835)	(264.495)

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 20 e 21.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Scotiabank III 4131	(16.003)	71.049	87.052	143.387	159.390
SWAP Scotiabank III 4131 PA	16.247	(72.133)	(88.380)	(145.574)	(161.821)
SWAP Scotiabank III 4131 PP	25.699	31.132	5.433	36.498	10.799
BNP II 4131	(3.769)	22.450	26.219	44.236	48.005
SWAP BNP II 4131 PA	3.891	(23.179)	(27.070)	(45.673)	(49.564)
SWAP BNP II 4131 PP	9.232	11.073	1.841	12.892	3.660
BNP III 4131	(5.058)	14.536	19.594	30.818	35.876
SWAP BNP III 4131 PA	5.091	(14.629)	(19.720)	(31.015)	(36.106)
SWAP BNP III 4131 PP	5.830	7.110	1.280	8.375	2.545
Total	41.160	47.409	6.249	53.944	12.784

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

34. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$1.054.748 em 2021, R\$2.261.045 em 2022, R\$2.375.747 em 2023, R\$2.529.168 em 2024 e R\$49.026.925 após 2024.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 30 de junho de 2021 que foram homologados pela ANEEL.

35. Participação nos resultados

Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, a provisão de participação nos resultados é de R\$ 7.842. e R\$ 8.462, respectivamente.

36. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/2020	31/10/2021	R\$ 1.153.293	R\$ 5.799.234
Responsabilidade civil geral	31/10/2020	31/10/2021	N/A	R\$ 115.588
Responsabilidade civil de administradores - D&O	10/11/2020	10/11/2021	N/A	R\$ 78.823
Riscos ambientais	01/11/2020	31/10/2021	N/A	R\$ 135.214

37. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	30.06.2021	30.06.2020
Compensações de PIS e COFINS (nota 18)	(135.238)	(29.337)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debentures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	30.06.2021	30.06.2020
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(48.131)	(53.994)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(162)	(591)
	(48.293)	(54.585)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	30.06.2021	30.06.2020	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de empréstimos e financiamentos	1.170.000	533.079	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(647.889)	(58.543)	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(894)	(3.273)	22	Obrigações por arrendamentos
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	105.750	-	33	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Parcelamento especial	(742)	(649)	19	Obrigações fiscais
Pagamentos de dividendos	(40.000)	-		Conforme demonstrado no quadro a seguir
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	586.225	470.614		

Em relação aos dividendos, vale ressaltar que a Companhia pagou para sua controladora o montante de R\$ 40.000 referentes à competência do exercício social de 2019 durante o

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



primeiro semestre de 2021. Tais dividendos foram postergados pela sua controladora considerando a conjuntura econômica do ano de 2020.

38. Eventos subsequentes

Com a necessidade de capital de giro, em 12 de julho de 2021 a Companhia contratou um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$ 40.131, correspondente ao valor de R\$ 210.000 com desembolso em 16 de julho de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,51%a.a. e vencimento final em 17 de julho de 2023. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,25% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações

trimestrais – ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Fortaleza – CE

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia Energética do Ceará - COELCE ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao primeiro semestre de 2021.

Fortaleza, 26 de julho de 2021.

Diretor Presidente - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Recursos Humanos e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretor de Regulação - Luiz Antonio Correa Gazulha Junior

Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora de Compras - Vago

Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Charles de Capideville

Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao primeiro semestre de 2021.

Fortaleza, 26 de julho de 2021.

Diretor Presidente - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Recursos Humanos e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretor de Regulação - Luiz Antonio Correa Gazulha Junior

Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora de Compras - Vago

Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Charles de Capideville

Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva